

III – Políticas Sociais



Desigualdade de Renda e Pobreza

Previdência Social

Assistência Social

Segurança Alimentar e Nutricional

Emprego e Renda

Educação

Saúde

Cultura

Esporte

Direitos Humanos, Cidadania, Justiça e Política Indigenista

Inclusão de Jovens

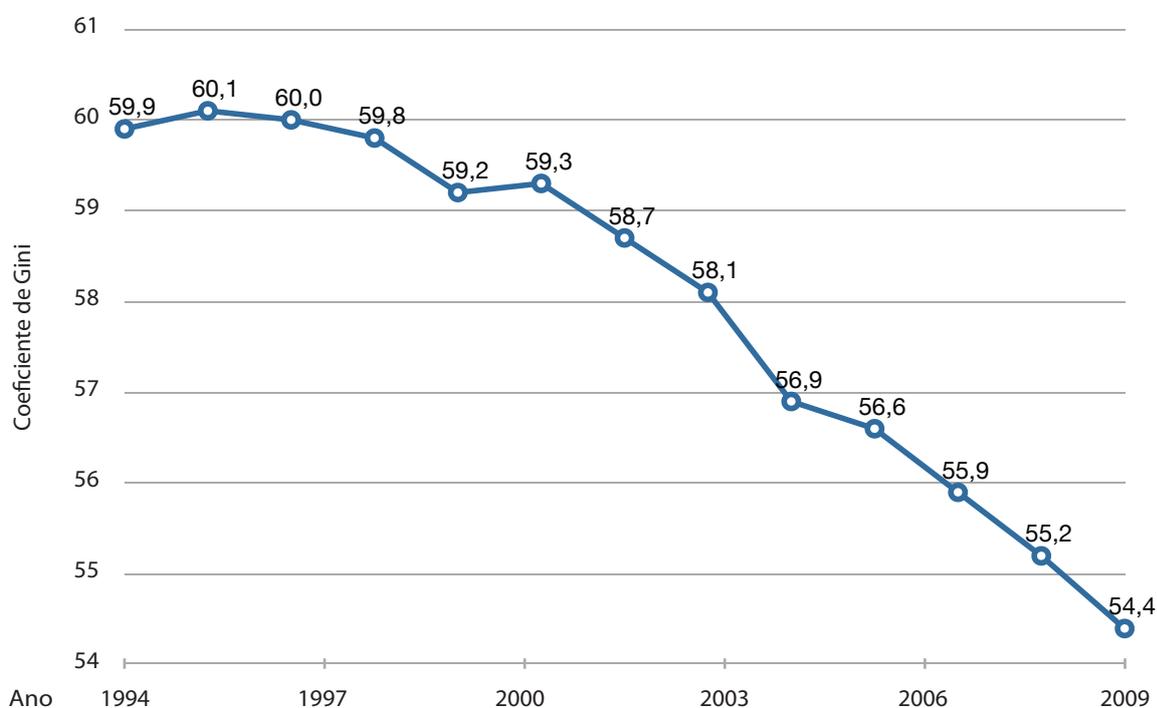
DESIGUALDADE DE RENDA E POBREZA

Para entender a evolução da renda das famílias no Brasil, é preciso considerá-la em termos da média e da desigualdade na sua distribuição. A distinção é importante, pois a renda média e a desigualdade têm tido comportamentos diferentes desde a estabilização monetária, em 1994. Até 1999, houve estagnação da renda média e da desigualdade. A partir de 2001, a desigualdade começou a cair, queda esta que se mantém até hoje, mas a renda média continuou estagnada. Finalmente, a partir de 2004, a renda média também começou a mostrar claras melhorias, levando assim ao melhor dos mundos, que consiste no crescimento com distribuição de renda. De 2007 para 2008 (o último ano para o qual temos informações para todo o Brasil) a evolução da distribuição de renda foi excepcional, com queda na desigualdade e no aumento na renda das famílias liderados pelo mercado de trabalho, que redundaram, entre outras coisas, em uma forte queda da pobreza.

Desigualdade de Renda

O Gráfico 10 mostra o já conhecido comportamento do Coeficiente de Gini, que mede o grau de desigualdade de uma sociedade. Entre 1995 e 1998, este permaneceu em torno de 60 pontos de Gini (x100), nível que nos colocava firmemente como o país mais desigual dentre os países grandes com economias de mercado. Em algum momento entre 1999 e 2001, começou uma queda expressiva (e sustentada) da desigualdade: o Coeficiente de Gini passou a cair aproximadamente 0,7 ponto ao ano.

Gráfico 10 – Coeficiente de Gini entre 1995 e 2008 (Renda Domiciliar *per Capita*)

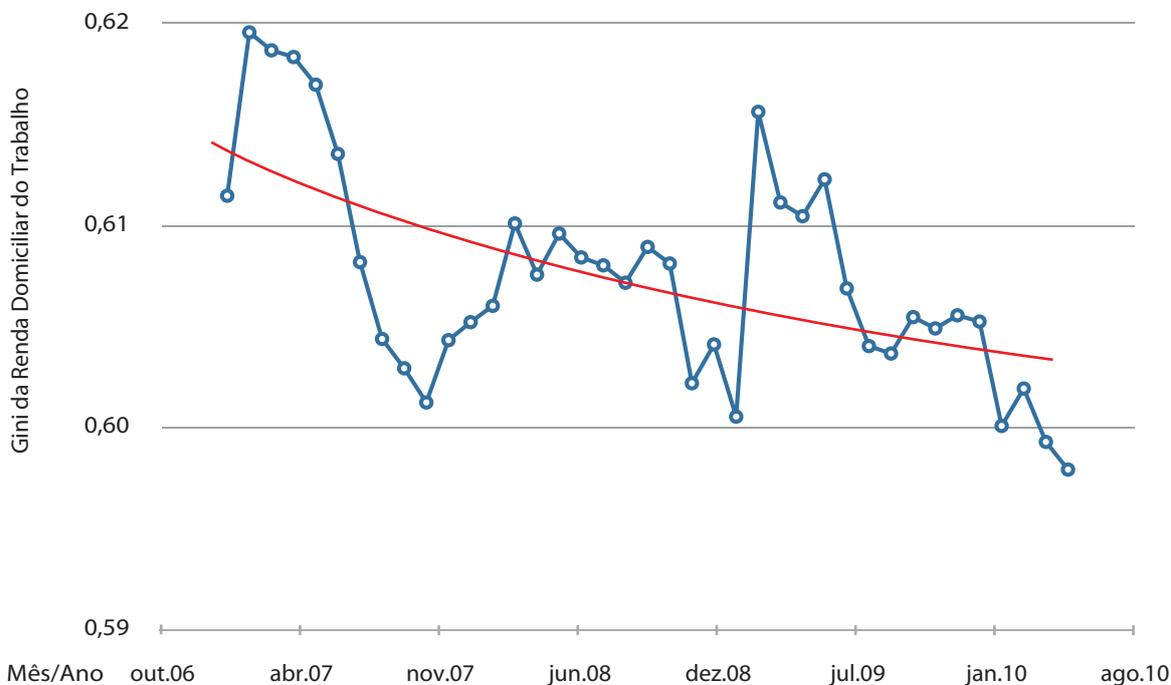


A queda entre 2007 e 2008 continuou a um ritmo pouco superior (0,8 ponto ao ano) ao ritmo de redução na desigualdade entre 2001 e 2007 (que foi de 0,7 ponto ao ano).

Não há dados posteriores a 2008 para todo o Brasil, mas é provável que a redução da desigualdade tenha passado a crise financeira sem maiores problemas. Um indício disso é o comportamento da desigualdade da renda domiciliar *per capita* do trabalho nas regiões metropolitanas (a única fonte de

dados posterior a setembro de 2008 é a série da PME, que investiga apenas renda do trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas do País).

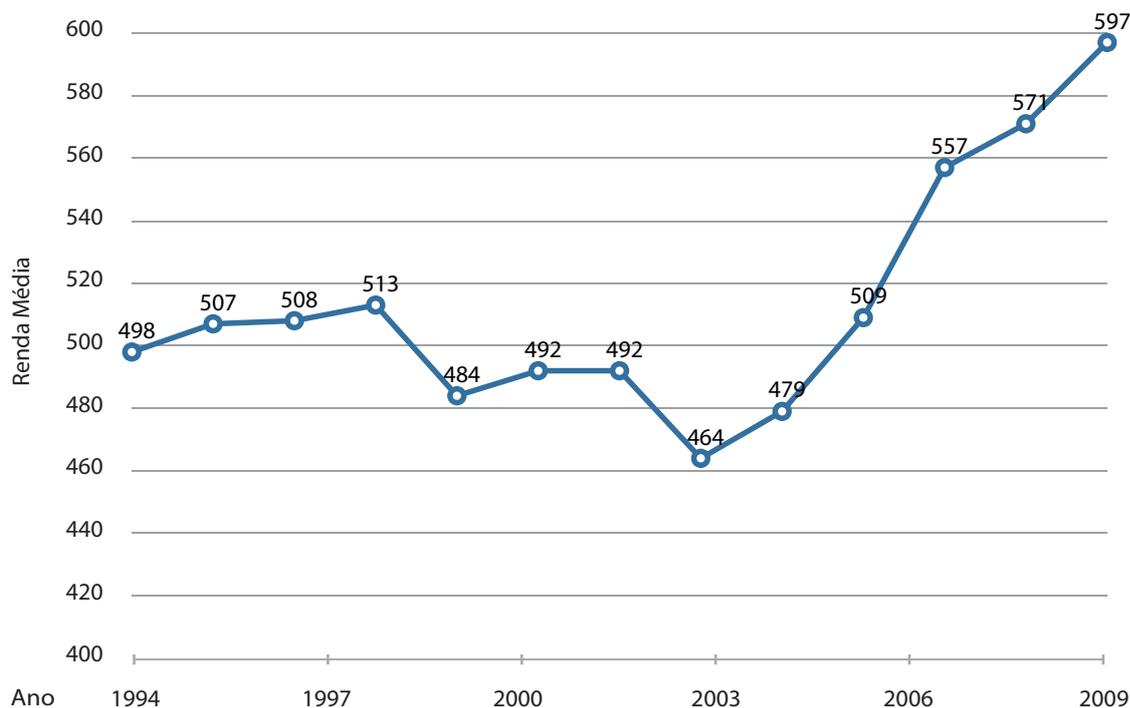
Gráfico 11 – O Coeficiente de Gini Metropolitano da Renda Domiciliar *per Capita* do Trabalho de Janeiro de 2007 a Abril de 2010



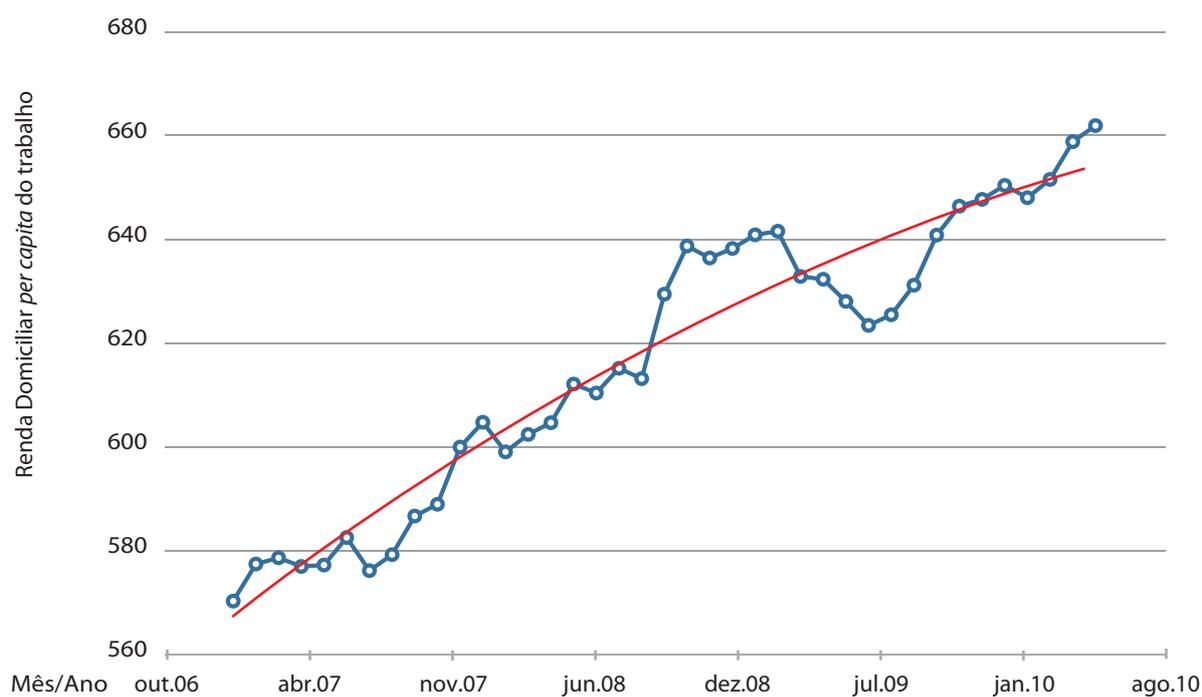
O Gráfico 11 mostra que, pelo menos nas regiões metropolitanas, a crise pouco afetou a redução da desigualdade. A alta sazonal do Coeficiente de Gini em janeiro de 2009 foi maior que nos outros anos, mas em junho este indicador já tinha voltado à tendência histórica recente. A conclusão é que a crise pouco afetou a tendência de queda da desigualdade no Brasil.

Renda Média

Tal como a desigualdade, a renda média das famílias mostra um comportamento em dois estágios no período após a estabilização econômica. De 1995 a 2003, o que houve foi algo entre estagnação e queda da renda média. A partir de 2004, começou inicialmente uma recuperação e, a seguir, um aumento considerável e rápido na renda das famílias. De 1995 a 2003, a taxa de crescimento da renda das famílias foi essencialmente zero, mas, de 2004 a 2008, esta mesma taxa foi de 5,7% – uma taxa extremamente elevada. E, de 2007 a 2008, o crescimento da renda continuou forte, em 4,5%.

Gráfico 12 – Renda Domiciliar *per Capita* Média de 1995 a 2008

Não se sabe ainda o impacto da crise sobre o rendimento das famílias, mas considerando as diversas medidas anticíclicas e o fato que o consumo das famílias foi o componente do PIB menos afetado, é provável que a crise não tenha sido significativa. Novamente um sinal disso é o comportamento da renda do trabalho nas seis maiores regiões metropolitanas.

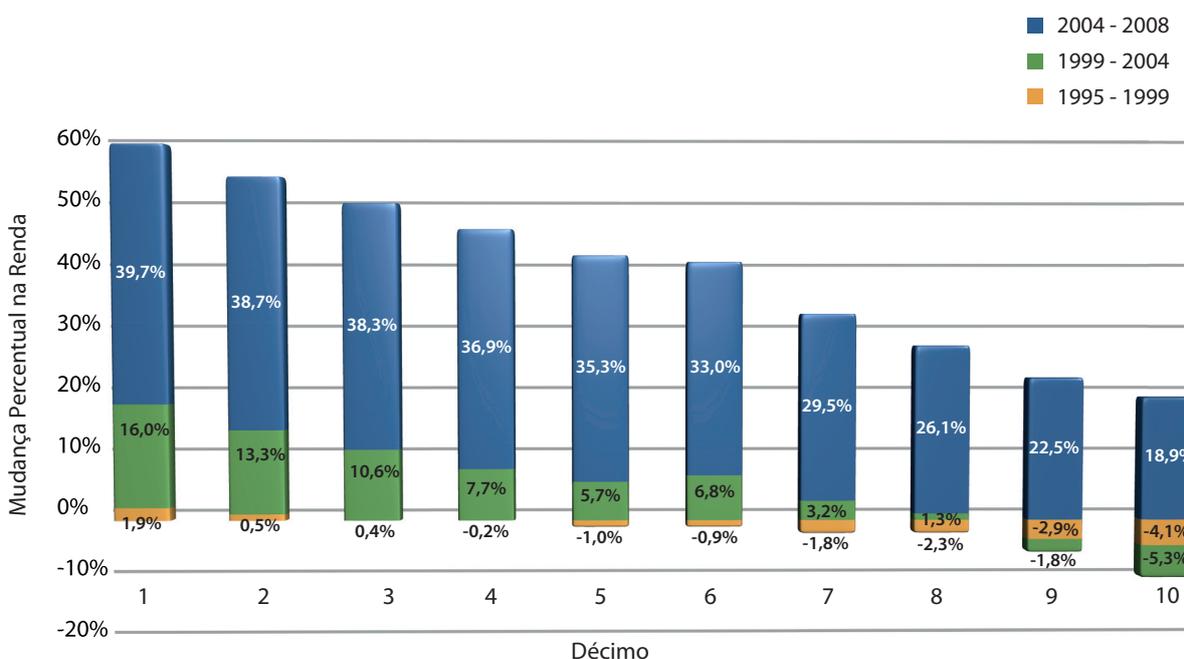
Gráfico 13 – Renda Domiciliar Metropolitana *per Capita* do Trabalho de Outubro de 2006 a Agosto de 2010

É possível usar a PME novamente para ver o comportamento da renda média do trabalho após setembro de 2008. O Gráfico 13 mostra que houve seis meses de redução de salários *per capita*, mas que já em junho os mesmos retomaram sua tendência de alta, recuperando o nível de janeiro em agosto do mesmo ano. A crise financeira, no mercado de trabalho, foi curta e pouco profunda.

Somando Crescimento com Igualdade

O gráfico abaixo mostra o crescimento da renda por décimo da distribuição de renda para cada um dos três subperíodos entre 1995 e 2008. A estagnação do período entre 1995 e 1999 fica clara: as barras azuis mostram pouca variação, qualquer que seja o décimo. O mais rico perdeu 4,1% de sua participação na renda e o mais pobre ganhou 1,9%, mas entre estes dois extremos, não há uma tendência clara. Como não houve grandes mudanças na renda de qualquer um dos décimos, pode-se dizer que não houve mudanças na distribuição de renda.

Gráfico 14 – Taxas de Crescimento da Renda Média por Décimo e Período



De 1999 a 2004, começa a melhorar a distribuição de renda – e os mais pobres começam a se beneficiar do crescimento econômico. Acumulando com a queda de 4,1% nos quatro anos anteriores, o décimo mais rico perdeu quase um décimo de sua renda média nos nove anos entre 1995 e 2004.

De 1999 a 2004, a participação na renda do décimo mais pobre aumentou 16%, mas a do décimo mais rico caiu 5,3%. As variações na participação na renda dos décimos intermediários mudam de modo monótono: quanto mais pobre o décimo, maior o aumento na sua renda.

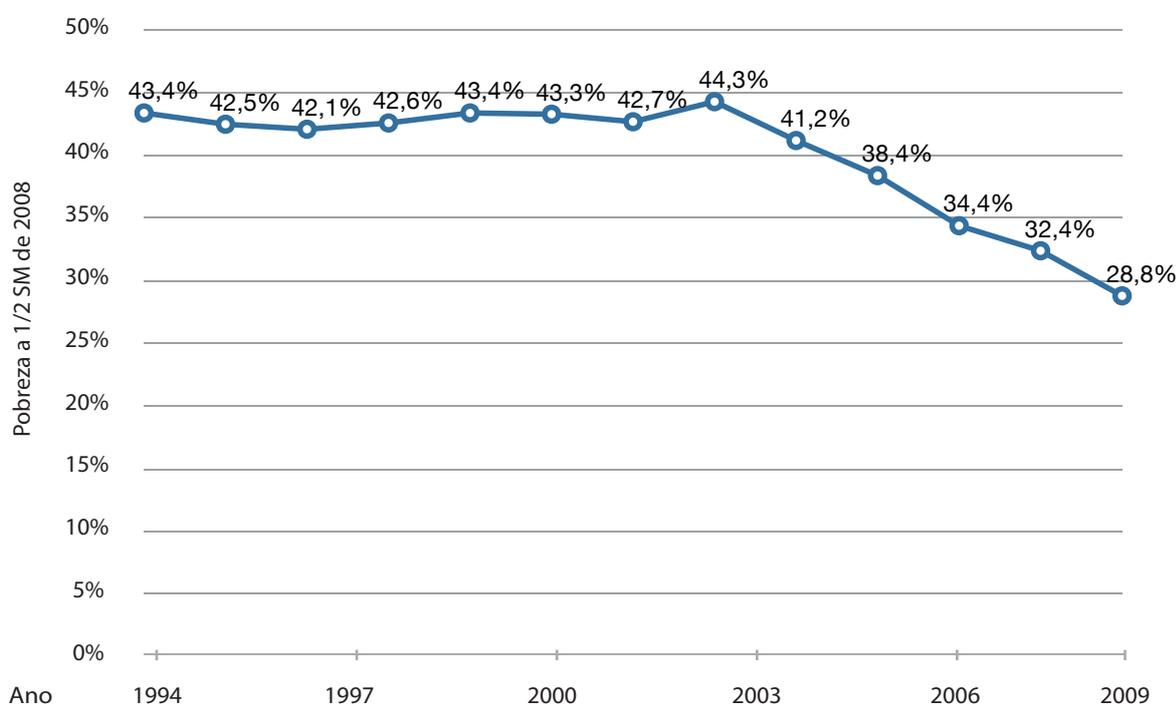
Finalmente, de 2004 em diante, a distribuição de renda seguiu a trajetória mais positiva: aumento na renda de todos os décimos, sendo maior o aumento quanto mais pobre o décimo. A renda do décimo mais pobre aumentou impressionantes 39,7% de 2004 a 2008; o aumento na renda do décimo mais rico foi de 18,9%; e os décimos intermediários ganham mais quanto mais próximos estão dos mais pobres.

No último ano para o qual temos dados, a tendência segue inalterada: a renda do décimo mais pobre aumentou 15%, a do mais rico 3%, e a dos intermediários conforme sua proximidade da pobreza.

Pobreza

A taxa de pobreza, definida como a porcentagem da população cuja renda domiciliar *per capita* encontra-se abaixo de um determinado ponto de corte, é um indicador limitado, uma vez que versa sobre o bem-estar apenas das famílias na cauda inferior da distribuição de renda. No entanto, é um indicador importante, porque enfatiza as condições monetárias de vida justamente dos segmentos mais necessitados da população.

Gráfico 15 – Taxas de Pobreza a Meio Salário Mínimo de 2008



O Gráfico 15 mostra as taxas de pobreza usando meio salário mínimo de 2008 ao ano. Este salário pode ser considerado uma linha de pobreza relativamente alta, quando comparada a outras, como um dólar PPC por dia ou as diversas linhas alimentares. O gráfico mostra que houve certa estabilidade na evolução da taxa de pobreza de 1995 a 2003 e, a partir de 2003, ela começou a cair rapidamente – em 2008, a porcentagem de indivíduos vivendo com menos que meio salário mínimo de 2008 havia caído a aproximadamente 2/3 do valor de 1995.

Linhas de pobreza mais baixas indicam resultados ainda mais impressionantes. Se um quarto de salário mínimo é utilizado como medida, verifica-se que a pobreza caiu pela metade de 1995 a 2008. Este é um resultado esperado, dado o fato que a desigualdade se encontra em queda. Entre 2006 e 2008, a pobreza caiu 3,6 pontos percentuais, o que está mais ou menos de acordo com a tendência de 2003 a 2008. E uma extrapolação linear desta tendência levará à pobreza zero em apenas oito anos.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Nos últimos anos, o sistema previdenciário brasileiro passou por uma série de aperfeiçoamentos, tanto em aspectos legais, de regulação do sistema, quanto em aspectos administrativos e gerenciais. Tais modificações permitiram a ampliação da cobertura previdenciária, bem como a melhoria na qualidade dos serviços prestados à população.

No âmbito do RGPS, as alterações na legislação visaram, principalmente, aumentar a formalização do mercado de trabalho e, assim, ampliar a cobertura da previdência social. Entre essas se destacam a criação do Simples Nacional, do Plano Simplificado de Previdência Social e da figura jurídica do Microempreendedor Individual.

Essas três iniciativas consistem em dar tratamento diferenciado para alguns grupos de trabalhadores, possibilitando a filiação ao sistema com alíquotas reduzidas e procedimentos mais simples, com o propósito de ampliar a cobertura em segmentos do mercado de trabalho identificados como especialmente problemáticos, que não sairiam da informalidade apenas pelo crescimento econômico.

Do ponto de vista administrativo-gerencial, destacam-se:

- a) a conclusão do Censo Previdenciário em 2007;
- b) importantes investimentos em tecnologia e recursos humanos pelo INSS, assim como a expansão da rede de agências;
- c) a implantação do atendimento programado/agendado por central telefônica ou internet, melhorando o atendimento ao público;
- d) a contratação de médicos peritos concursados, permitindo uma gestão melhor sobre os benefícios temporários; e
- e) a utilização do CNIS, a partir de 2009, como prova legal de tempo de contribuição, que, além de aumentar a celeridade no reconhecimento de direitos previdenciários, dificulta a concessão de benefícios irregulares, permite melhor controle da arrecadação e serve de subsídio ao planejamento de políticas públicas.

Para 2011, propõe-se a continuidade dos esforços para a melhoria da qualidade do atendimento, investindo, prioritariamente, na modernização tecnológica e na manutenção, reforma e expansão da rede de agências do INSS.

No que diz respeito à modernização tecnológica, é necessário garantia de rede e equipamentos para as novas agências, bem como a manutenção do parque tecnológico, visando manter o padrão de qualidade dos serviços prestados aos cidadãos. Para 2011, R\$ 520,0 milhões serão direcionados à manutenção e ao aperfeiçoamento dos sistemas, além de R\$ 82,0 milhões para atualização do parque tecnológico.

Quanto aos investimentos na rede de agências do INSS, estão previstas obras de construção de APS dentro do PEX, para substituição de imóveis locados, e a construção de Gerências-Executivas em substituição às atuais unidades. Consta, também, como desafio, reformas e melhorias em unidades do INSS. Para 2011, tais melhorias serão viabilizadas com investimentos da ordem de R\$ 60,0 milhões.

O PEX representa um incremento de 65% no número de unidades fixas, que hoje é de 1.123, em 965 Municípios. Com a expansão, serão 1.843 unidades em 1.685 cidades brasileiras. Além disso, a rede atual está sendo adequada aos novos padrões de atendimento, com instalação de novos sistemas de climatização, automação, acessibilidade e segurança.

Salientam-se, também, os projetos voltados para a garantia da segurança da informação e agilidade no atendimento, dos quais se destaca a implantação de mais 37 Centros de Documentação, totalizando 101 em todo o País com investimentos de R\$ 1,6 milhão para aquisição de mobiliários específicos para arquivos.

No que tange ao Programa Educação Previdenciária, que tem como objetivo promover a inclusão social, o ano de 2011 marcará a ampliação das equipes de educadores para que seja possível maior acesso às regiões mais longínquas, onde a população é desprovida de qualquer informação sobre a Previdência Social e sobre os seus direitos de cidadão.

No âmbito dos Regimes Próprios de Previdência, deve-se ressaltar a atuação do Programa de Apoio à Reforma dos Sistemas Municipais de Previdência, que, por meio da prestação de assistência técnica aos Municípios, pretende unificar o cadastro dos Servidores Públicos Brasileiros até o ano de 2014. Para tanto, prevê-se despender R\$ 3,5 milhões em 2011.

Finalmente, a criação da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, autarquia responsável pela fiscalização das entidades fechadas de previdência, contribui com a implementação de política justa e sustentável, pois zela pela solvência/liquidez dos planos de benefícios das entidades fechadas de previdência complementar. O novo órgão trará mais segurança e transparência mediante a modernização dos instrumentos de fiscalização e de controle, e sua estruturação e funcionamento demandarão recursos da ordem de R\$ 36,0 milhões.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Assistência Social vem seguindo sua trajetória de consolidação como política pública alicerçada de direitos. Desde a publicação da Política Nacional de Assistência Social em 2004 e da Norma Operacional Básica em 2005, empreende-se um esforço contundente de reorganização desse campo da proteção social, com vistas à efetiva garantia de acesso da população brasileira a essa política.

O Suas, que nasceu desse processo, está fundamentado na organização dos serviços continuados de proteção social por níveis de complexidade (básica e especial).

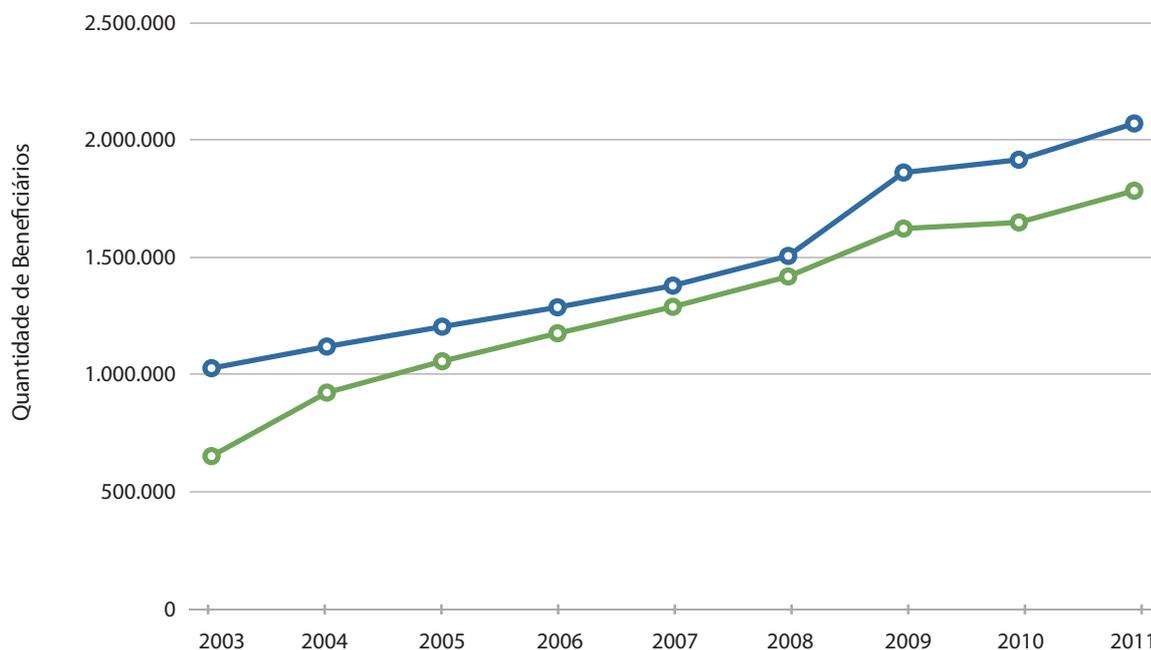
No âmbito da PSB, os serviços, programas, as ações e os benefícios cumprem um papel preventivo, buscando preservar a função protetiva das famílias, fortalecendo seus vínculos, bem como garantir a convivência comunitária e o acesso aos direitos por parte da população. Suas ações mais relevantes são: o PAIF, desenvolvido nos Cras; o Projovem Adolescente – Serviço Socioeducativo para jovens de 15 a 17 anos; os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos e pessoas idosas; e o BPC.

Os Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de até 6 anos e pessoas idosas são complementares e articulados ao PAIF. Em 2011, mais de 5,2 milhões de famílias deverão ser referenciadas aos mesmos, prevendo-se para tanto uma dotação orçamentária de R\$ 92,0 milhões.

Vale lembrar também que é no espaço do Cras onde se operam os serviços socioeducativos do Projovem Adolescente, garantindo aos seus participantes atividades pedagógicas, de capacitação profissional, cultura, esporte, lazer, meio ambiente, inclusão digital e participação cidadã. As atividades desenvolvidas por meio do Projovem visam ao desenvolvimento das potencialidades dos jovens, garantindo a convivência familiar e comunitária, além de promover condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

A expansão da rede Cras nos Municípios brasileiros tem sido a principal estratégia do Governo Federal para garantir a universalização do acesso aos serviços e benefícios da assistência social. No período de 2007 a 2009, houve crescimento de 43% na quantidade de Cras, de forma que, em 2009, 77,8% dos Municípios brasileiros contavam com pelo menos um equipamento dessa natureza. Dentre os Municípios com mais de 500 mil habitantes, 97,5% já possuem cobertura desses Centros de Referência. Para 2011 está prevista expansão dos Cras, o que possibilitará o referenciamento de um montante de aproximadamente 19,5 milhões de famílias. Para tanto, a dotação orçamentária projetada é de R\$ 456,5 milhões.

Além dos serviços disponibilizados, a PSB também envolve a garantia de renda aos idosos e às pessoas com deficiência (PCD) em situação de extrema pobreza, através do BPC. Em 2011, a previsão é atender aproximadamente 2,0 milhões de pessoas com deficiência e cerca de 1,7 milhão de idosos, representando um investimento total de R\$ 24,9 bilhões.

Gráfico 16 – Evolução dos Beneficiários do BPC

◆ PCD	1.036.365	1.127.849	1.211.761	1.293.645	1.385.107	1.510.682	1.862.932	1.917.044	2.070.316
◆ IDOSO	664.875	933.164	1.065.604	1.183.840	1.295.716	1.423.790	1.626.310	1.652.166	1.786.134

No âmbito da Proteção Social Especial, os cuidados voltam-se às situações em que houve violação de direitos do indivíduo e da família, com ou sem rompimento dos vínculos familiares e comunitários. São, portanto, objeto de proteção as situações de abandono, violência física, psíquica e/ou sexual, situação de rua, entre outras que caracterizam o fenômeno da exclusão social dos indivíduos e das famílias.

Em 2011, para cofinanciar a prestação de serviços de média e alta complexidade em cerca de 2.460 unidades Creas (municipais e regionais), será necessário um aporte de R\$ 294,9 milhões, possibilitando o atendimento a cerca de 141 mil famílias e indivíduos e 32,6 mil adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Destaca-se, na média complexidade, a manutenção dos serviços de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência e idosos, em diferentes modalidades de atendimento. No tocante à alta complexidade, são cofinanciados serviços de acolhimento (institucional, república e família acolhedora), oferecendo atendimento a idosos, crianças e adolescentes, mulheres vítimas de violência, população em situação de rua e outros que necessitem de acolhimento provisório, fora de seu núcleo familiar.

Cabe ainda destacar que para o Peti está previsto o atendimento de cerca de 920 mil crianças e adolescentes, com um orçamento de R\$ 276,0 milhões para as ações socioeducativas e R\$ 30,0 milhões para a transferência de renda aos beneficiários cujas famílias não atendam às exigências de inclusão no PBF para 2011.

Transferência de Renda com Condicionalidades – Programa Bolsa Família

O PBF é o maior programa de transferência de renda direta e condicionada da América Latina, prevendo-se atender, em 2011, cerca de 12,7 milhões de famílias em todos os Municípios brasileiros, com investimentos da ordem de R\$ 13,4 bilhões.

O reforço ao exercício de direitos sociais básicos como os de saúde, educação e assistência social pelas famílias beneficiárias do PBF se dá por meio do acompanhamento das condicionalidades, que são os compromissos assumidos entre as famílias e o poder público para manutenção da transferência do benefício.

Atualmente, são acompanhados cerca de 16 milhões de alunos entre 6 e 17 anos quanto à frequência escolar e cerca de 6 milhões de famílias quanto ao cumprimento da agenda da saúde, que inclui o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento e do calendário de vacinação de cerca de 3 milhões de crianças até 7 anos e a realização do pré-natal de mais de 100 mil gestantes beneficiárias. Dentre os acompanhados, cerca de 97% dos alunos de 6 a 15 anos, 94% dos alunos de 16 e 17 anos e mais de 98% das famílias com perfil para acompanhamento da saúde cumpriram as condicionalidades.

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

A PSAN legitima-se no direito à alimentação, um dos direitos fundamentais da humanidade, conforme artigo 6º da Constituição Federal, como um direito social. Nesse contexto, o Programa Acesso à Alimentação reúne um conjunto de 12 ações orçamentárias, com o objetivo estratégico de garantir o direito à alimentação adequada, em especial das famílias em situação de insegurança alimentar instaladas nos territórios mais pobres, contribuindo para a redução das desigualdades regionais, conforme estipulado no § 7º do art. 165 da Constituição. O Programa engloba este conjunto variado de ações governamentais que, em 2011, destinará aproximadamente R\$ 965,1 milhões.

Como uma das mais importantes iniciativas do Governo Federal, a ação Aquisição de Alimentos Provenientes da Agricultura Familiar, do PAA, visa promover a inclusão social e econômica no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar, e garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade a populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, na perspectiva de assegurar o direito humano à alimentação. O PAA também contribui para a formação de estoques estratégicos e para o abastecimento de mercado institucional de alimentos, que compreende as compras governamentais de gêneros alimentícios para fins diversos, e ainda permite aos agricultores familiares que estoquem seus produtos para serem comercializados a preços mais justos. Ressalte-se que, em 8 anos, o PAA investiu R\$ 3,3 bilhões na compra de 3,2 milhões de toneladas de alimentos. Em 2011, o Programa pretende adquirir 442,6 mil toneladas de alimentos produzidos pelos agricultores familiares, com um investimento de aproximadamente R\$ 640,0 milhões.

A ação Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos destina-se ao fornecimento de cestas de alimentos a populações em situação de vulnerabilidade alimentar e nutricional, devendo atender 240 mil famílias, com a utilização de um orçamento de R\$ 69 milhões.

Ainda visando à expansão de equipamentos públicos voltados à garantia da alimentação saudável, prevê-se um montante de R\$ 42,7 milhões na implantação de 67 novos restaurantes populares, cozinhas comunitárias e bancos de alimentos.

Finalmente, salienta-se, para 2011, a construção de 70,1 mil cisternas, por meio do armazenamento de água da chuva, que visa suprir a falta de água nos períodos de estiagem no semiárido brasileiro e no norte de Minas Gerais. Até 2014 deverão ser construídas 1,3 milhão de cisternas, de forma a atender à demanda existente no Cadastro Único para a universalização do acesso à água.

Inclusão Produtiva

No âmbito da inclusão produtiva, destacam-se as ações de preparação ao mercado de trabalho que incluem o Programa Próximo Passo, o Programa Acreditar e o Reforço do Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás Natural – Prominp. Tais iniciativas são destinadas à qualificação profissional de pessoas inscritas no Cadastro Único e no Bolsa Família para a inserção no mercado de trabalho, principalmente nos ramos de turismo e construção civil.

No que tange ao CNDS, são financiados projetos para a inclusão socioproductiva dos inscritos no CadÚnico, por meio do apoio às cadeias produtivas locais e do fortalecimento e da criação de empreendimentos econômicos autogeridos. Para conferir maior consistência aos empreendimentos apoiados pela iniciativa, é feita, simultaneamente, a integração dos projetos de inclusão produtiva apresentados pelos Estados com projetos de extensão propostos pelas Pró-reitorias de Extensão das Universidades Federais e Institutos Federais de Educação, que serão financiados via Termos de Cooperação Técnica. Os convênios contarão também com o apoio do BNDES, que irá aportar recursos não reembolsáveis

do Fundo Social para investimento em equipamentos e obras nas cadeias produtivas dos projetos do CNDS. Para 2011, planeja-se apoiar um total de 12 Estados.

Visando dar continuidade a tais iniciativas de inclusão produtiva, estima-se, em 2011, investir o montante de R\$ 41,5 milhões.

EMPREGO E RENDA

O mercado de trabalho brasileiro tem apresentado nos últimos anos sinais de expansão, por meio de uma diminuição da taxa de desocupação, concomitantemente a uma ampliação da ocupação e, mais especificamente, do emprego com carteira assinada. Em razão de um conjunto de medidas econômicas adotadas pelo Governo a partir do advento da recente crise financeira internacional em 2009, houve uma geração da ordem de um milhão de empregos celetistas, equivalentes ao aumento de 3,11% em relação ao estoque de dezembro de 2008. Esse resultado é considerado bastante favorável, diante dos efeitos negativos do contexto internacional sobre o mercado de trabalho.

Em 2010, os dados do Caged, que abrange somente o emprego celetista, mostram um dinamismo inédito do mercado de trabalho formal brasileiro, com recordes sucessivos nos cinco primeiros meses do ano. No período de janeiro a maio, cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho foram gerados, também o melhor resultado da série histórica para o período. A previsão para o ano de 2010 é de criação de mais de 2 milhões de empregos celetistas e, para 2011, a expectativa é de um crescimento um pouco mais modesto, diante da estimativa de crescimento econômico que poderá ser inferior ao de 2010.

Quanto ao estímulo ao investimento e à geração de emprego e renda, em 2010, o Codefat autorizou a alocação de recursos no montante de R\$ 3,2 bilhões. Em 2011, a expectativa é garantir a continuidade das ações desenvolvidas no âmbito dos Programas e das linhas de crédito do Fundo de Amparo ao Trabalhador, por meio das rotinas vinculadas ao sistema de informações, divulgação, acompanhamento por meio de estudos e supervisões.

Convém destacar, também, o Programa Nacional de Microcrédito, que tem como diretrizes principais ampliar o acesso ao crédito para os microempreendedores populares e promover a integração de políticas públicas. No final do primeiro semestre de 2009, havia 290 instituições habilitadas. Para 2011, espera-se atingir as seguintes metas: expandir as operações de microcrédito, o que representa 2 milhões de operações; atingir 122% de crescimento de volume de crédito, com cerca de R\$ 2,8 bilhões; superar 40% de aumento no volume da Carteira Ativa, consubstanciando um total de R\$ 1,19 bilhão; e alcançar a quantidade de aproximadamente 900 mil clientes ativos, representando um crescimento de 20% em relação a 2009.

No que concerne à política de qualificação profissional, a proposta orçamentária para 2011, em continuidade e ampliação das ações de qualificação já executadas no âmbito do PQSP ou PNQ, pretende atender aos setores da economia que têm postos de trabalho abertos e que, no entanto, não encontram trabalhadores qualificados para ocupar essas vagas. Dessa forma, pretende-se a qualificação profissional de cerca de 209 mil brasileiros que estejam em busca de emprego visando à sua ocupação profissional e a diminuição do desemprego historicamente estabelecido no País. Para 2011, estão previstos para o programa de qualificação profissional recursos da ordem de R\$ 202,0 milhões.

No tocante ao Sine, que tem como uma de suas principais atribuições a intermediação de mão de obra, cuja função é adequar oferta e demanda por trabalho, no período de 2007 a 2009 foram inseridos cerca de 3,2 milhões de trabalhadores no mercado. Para 2011, a expectativa é contabilizar aproximadamente 1,1 milhão de trabalhadores colocados por meio dos postos do Sine, com previsão de recursos da ordem de R\$ 103,8 milhões. Cabe salientar que, nos últimos anos, a rede de atendimento do Sine vem se ampliando consideravelmente, passando de 1.221 postos, em 2007, para 1.301, em 2009. São, atualmente, 1.379 postos de atendimento ao trabalhador, proporcionando maior capacidade de atendimento, em particular no interior do País.

Em 2011, há previsão de realização de convênios para tais iniciativas com Municípios com população acima de 200 mil habitantes, que ainda não são convenientes no âmbito do Sine (84 Municípios), e

com Municípios com população acima de 100 mil e abaixo de 200 mil habitantes (139 Municípios). Em termos populacionais, esse aumento esperado da capilaridade da rede de atendimento do Sine atingirá mais de 104,1 milhões de pessoas em 2011, contra 59,7 milhões que se espera atender em 2010, o que representa um crescimento superior a 74%. Além dos Municípios, está prevista também a expansão da atuação de entidades privadas, com a celebração de novos convênios.

Com relação à CTPS, atualmente encontram-se em circulação dois modelos do documento, a tradicional e a informatizada, que incorporou diversos itens de segurança que preservam o conteúdo do documento. O sistema informatizado de emissão da CTPS já foi implantado em todas as unidades da Federação e no Distrito Federal, sendo que 10 emitem somente CTPS informatizadas. No período de 2007 a 2009, foram emitidas cerca de 7,0 milhões de CTPS informatizadas e 9,8 milhões do modelo antigo, totalizando 16,8 milhões de documentos. Até maio de 2010, já foram emitidas 2,5 milhões de CTPS, e para 2011 a meta é que sejam emitidos cerca de 5,7 milhões desse documento, com dotação prevista de R\$ 25,5 milhões.

No que diz respeito ao pagamento do abono salarial, houve um aumento expressivo nos últimos anos, em função do aperfeiçoamento no processo de identificação dos trabalhadores com direito ao benefício e da melhoria da qualidade da informação. São beneficiados com o abono salarial no valor de um salário mínimo todos os trabalhadores cadastrados no PIS/PASEP, há pelo menos cinco anos, cuja remuneração mensal, no ano anterior, tenha sido de até dois salários mínimos e com pelo menos 30 dias de trabalho no ano anterior. Para 2011, estima-se atender 18,2 milhões de trabalhadores a um custo total de R\$ 9,8 bilhões.

É importante destacar, também, o pagamento do seguro-desemprego, proteção temporária do trabalhador, importante benefício de manutenção de renda, quer por desemprego sem justa causa, quer por resgate do trabalhador em trabalho análogo à escravidão, ou por interrupção de sua atividade produtiva, bem assim pela interrupção da atividade de seu empregador. Para 2011, está previsto um total de 7,8 milhões de trabalhadores que serão contemplados pelo seguro-desemprego em qualquer das cinco modalidades, a um custo de R\$ 20,3 bilhões.

Quanto à inserção do jovem no mundo do trabalho, vale lembrar as iniciativas relativas ao ProJovem Trabalhador, que tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego e que são membros de famílias com renda mensal *per capita* de até 1 (um) salário mínimo. Seu objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho e fornecer alternativas de geração de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção laboral.

No que tange ao Estímulo à Economia Solidária, desde o início da execução do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento foram executados R\$ 163 milhões, beneficiando 358 mil trabalhadores, fortalecendo e ampliando as iniciativas econômico-solidárias na geração de trabalho e renda em atividades de produção de bens e de serviços, distribuição, consumo e finanças. Em 2011, pretende-se avançar na consolidação das ações e alcance dos objetivos do Programa, viabilizando o acesso à formação, qualificação, incubação, assistência técnica e assessoramento aos Empreendimentos Econômicos Solidários, além de continuar a promoção do desenvolvimento local e economia solidária em comunidades pobres, tais como quilombolas, rurais, indígenas, desempregadas dos grandes centros urbanos. Para 2011 serão alocados R\$ 31,3 milhões para essa finalidade.

No que se refere ao compromisso com a garantia dos direitos dos trabalhadores, a Secretaria de Inspeção do Trabalho pretende consolidar a nova metodologia de atuação da inspeção do trabalho em 2011. Seguindo os princípios e as diretrizes do novo modelo, o planejamento e a execução da fiscalização do

trabalho foram organizados em projetos, nos quais são identificados a situação-problema que se pretende transformar, as estratégias, os indicadores, entre outros atributos. Em 2011, o gerenciamento dos projetos contará com o suporte de um sistema de informação que será uma importante ferramenta de gestão da intervenção fiscal executada pelas 27 Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego. A redução de riscos e agravos à segurança e saúde do trabalhador permanecerá uma prioridade em 2011. Atividades econômicas com elevada taxa de acidentalidade serão objeto de projetos de fiscalização. Esse esforço compreende aumentar o número de análise de acidentes de trabalho, com o objetivo de detectar os fatores causais que os ensejaram e identificar as medidas corretivas adequadas para que sejam prevenidos futuros sinistros.

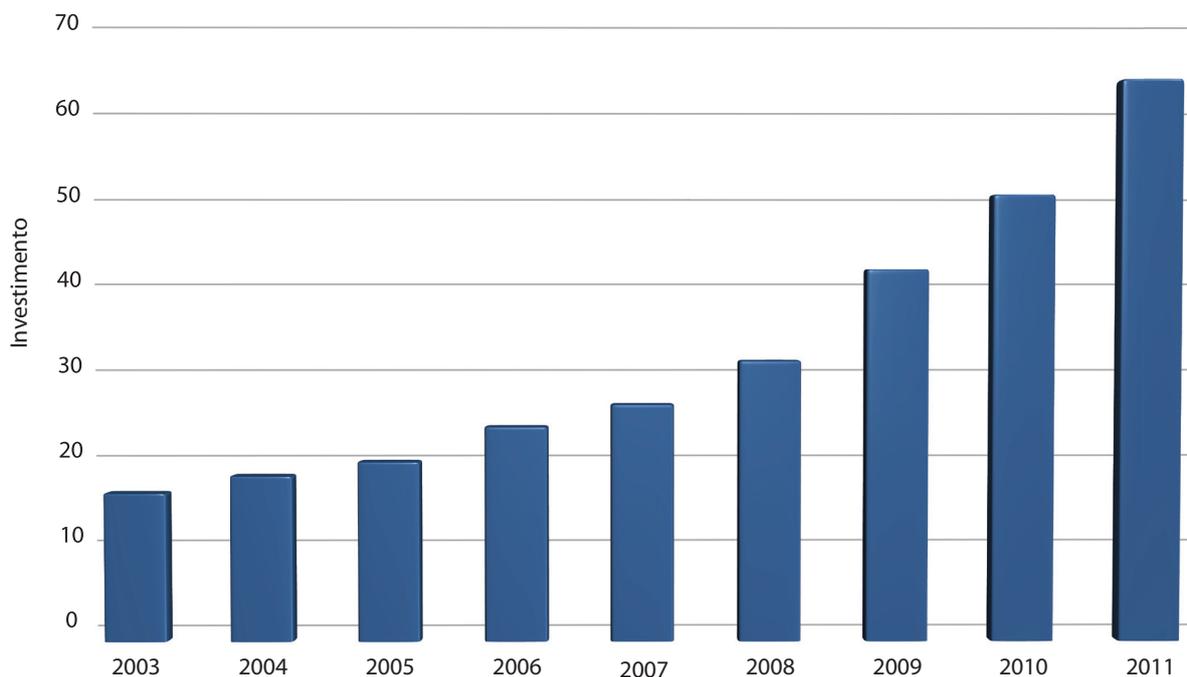
Para finalizar, destacam-se, ainda, como iniciativas prioritárias para 2011, as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil, a erradicação do trabalho escravo e a inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Para a continuidade dessas políticas, há previsão de recursos no montante de R\$ 8,7 milhões.

EDUCAÇÃO

Reconhecida como um dos pilares para o desenvolvimento nacional, a Educação deve ser assegurada com qualidade para todos os segmentos da população. O Governo Federal entende o papel estratégico dessa área na transformação social do País e na implementação de um modelo econômico mais justo e solidário, pois visa à democratização do acesso e à garantia da permanência em todos os níveis, as etapas e modalidades de ensino.

Assim, o Governo Federal tem ampliado e intensificado, ao longo dos últimos anos, suas ações de apoio supletivo a Estados, Municípios e Distrito Federal, bem como seu papel de coordenador da política educacional. Essa atuação se reflete no crescimento do orçamento do Ministério da Educação ao longo dos anos. Em grande medida, o acréscimo foi devido à ampliação de investimentos em infraestrutura e equipamentos em todos os níveis de ensino. Os dispêndios realizados sob esta rubrica ampliaram-se de R\$ 1,4 bilhão, em 2006, para R\$ 8,2 bilhões, em 2011. Portanto, um crescimento nominal de mais de 486% e bastante acima do percentual de aumento registrado pelo orçamento global do MEC de 161,5% no mesmo período. Parte significativa desses investimentos foi canalizada para a ampliação das redes de ensino mantidas pela União, na educação profissional e tecnológica e na educação superior.

Gráfico 17 – Evolução dos Gastos com Educação (R\$ Bilhões)



Plano de Desenvolvimento da Educação

Nos últimos anos, diversas políticas públicas foram adotadas pelo Governo Federal em busca de solucionar os gargalos existentes na área, principalmente na educação básica, como evasão, repetência, defasagem idade-série, entre outros, tendo para isso adotado como referencial de execução das suas políticas educacionais o PDE.

Implantado em 2007, o PDE é um plano de médio e de longo prazo, cujo objetivo é responder ao desafio de reduzir desigualdades sociais e regionais na educação, buscando o aprimoramento do

regime de colaboração federativa e a efetiva participação da sociedade brasileira como coautora no processo de educação. É sustentado pela visão sistêmica da educação; territorialidade; desenvolvimento; regime de colaboração; responsabilização e mobilização social – que são desdobramentos consequentes de princípios constitucionais. O PDE compreende mais de 40 iniciativas entre programas e ações, que englobam desde a educação infantil até a pós-graduação.

Educação Básica

A atuação do Governo Federal se concretiza por meio da proposição de políticas, programas, ações e estratégias orientadas para assegurar o cumprimento dos dispositivos legais relativos às etapas da educação básica: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio, e as modalidades de ensino: educação especial, educação de jovens e adultos e a educação profissional e tecnológica.

O PDE define para a educação básica um rol de 28 diretrizes e adota uma nova estratégia de apoio técnico, financeiro e institucional do Governo Federal aos Estados, Municípios e Distrito Federal, a partir da adesão ao Compromisso Todos pela Educação e da elaboração do PAR, tendo como referência o Ideb, o qual permite planejar iniciativas para a melhoria da qualidade dos sistemas de ensino.

Diversos programas e ações voltados à assistência ao educando e à melhoria da oferta de insumos educacionais foram expandidos, tais como Pnae, PDDE, PNLD e Pnate.

O Pnae tem por objetivo atender às necessidades nutricionais dos alunos, durante sua permanência na escola, contribuindo para o seu crescimento e desenvolvimento, para a aprendizagem e o rendimento escolar, bem como para a formação de hábitos alimentares saudáveis. O Governo tem envidado esforços para melhorar a qualidade da alimentação escolar aumentando regularmente o seu valor *per capita*. Neste sentido, o PLOA-2011 traz um acréscimo de R\$ 1 bilhão para a merenda escolar em relação a 2010, com a previsão de recursos de R\$ 3,1 bilhões para o atendimento de, aproximadamente, 47 milhões de estudantes.

O PDDE tem como objetivo prover, com recursos financeiros, de forma suplementar, as escolas públicas estaduais, distritais e municipais que oferecem a educação básica nas diversas etapas e modalidades, bem como as escolas de educação especial mantidas por entidades privadas sem fins lucrativos, visando à melhoria da infraestrutura física e pedagógica; à autonomia gerencial dos recursos; e à participação coletiva na gestão e no controle social, melhorando o funcionamento das unidades educacionais e concorrendo para o alcance da elevação do desempenho escolar. Em 2010, estão previstos investimentos no valor de R\$ 1,6 bilhão. Para 2011, estão destinados recursos da ordem de aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, a serem investidos nessa iniciativa.

Já o PNLD tem como finalidade prover de livros e materiais didáticos e de referência as escolas públicas do ensino fundamental e médio, das redes federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, visando garantir a equidade nas condições de acesso e a qualidade do ensino público brasileiro e, quando possível, distribuí-los aos alunos matriculados e aos professores de escolas na modalidade plurilíngue, no exterior, que cursem ou lecionem a língua portuguesa como língua estrangeira, preferencialmente, nos países do Mercosul. Em 2010, está prevista a aquisição de 97,7 milhões de exemplares com investimentos de R\$ 857,7 milhões, os quais serão distribuídos às turmas de 1º e 2º anos do ensino fundamental e 10,7 milhões de exemplares orçados em R\$ 124,6 milhões para atender os alunos do 1º ao 3º ano do ensino médio da rede pública de ensino. No PNLD/2011, as escolas do ensino fundamental receberão 36,4 milhões de exemplares e 8,5 milhões de dicionários, totalizando um investimento de, aproximadamente, R\$ 236,0 milhões; e as instituições de ensino médio, 87,7 milhões de exemplares e 2,3 milhões de dicionários, a um custo de R\$ 790,6 milhões.

No que se refere ao Pnate, o foco é a transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com a manutenção de veículos escolares pertencentes às esferas municipal, estadual ou dis-

trital e para a contratação de serviços terceirizados de transporte, tendo como base o quantitativo de alunos da educação básica pública residente em área rural, informado no censo escolar. Para 2010, está previsto o repasse de R\$ 481,0 milhões. A ação beneficiará aproximadamente 4,5 milhões de alunos da educação básica da rede pública da zona rural. O reajuste de 37% no valor *per capita* aluno/ano, para o exercício de 2010, proporciona condições para melhoria do serviço de transporte escolar oferecido aos alunos. Para 2011, está prevista a distribuição de recursos no valor de R\$ 644,0 milhões, beneficiando aproximadamente 5,5 milhões de alunos residentes em área rural.

Quanto ao Pnate-Caminho da Escola, o objetivo é a aquisição de ônibus e embarcações novas destinados ao transporte escolar diário gratuito de alunos da educação básica e da educação especial, a fim de renovar e padronizar a frota de veículos escolares, garantindo segurança e qualidade no transporte dos estudantes, bem como contribuir para o acesso e a redução da evasão escolar dos estudantes da zona rural. Em 2010, o MEC disponibilizará recursos no valor de R\$ 164,0 milhões, para beneficiar 2,7 milhões de alunos com a aquisição de 1,1 mil veículos. Foram realizadas 46 adesões à ação para aquisição de 221 veículos com recursos próprios dos Municípios e das Secretarias Estaduais de Educação, no valor de R\$ 39 milhões. Ainda em 2010, foi realizada pesquisa para especificação técnica e caracterização da utilização da bicicleta no transporte escolar. Em 2011, serão disponibilizados R\$ 380,0 milhões para a aquisição de 2,2 mil veículos.

Nos últimos anos, o Governo Federal vem adotando estratégias diferenciadas, capazes de oferecer maior dinâmica e eficiência nas áreas de gestão educacional, formação de professores e profissionais de serviço e apoio escolar, além de fomentar a participação da sociedade nas decisões da escola por meio de ações de formação de conselheiros. Dentre as vertentes estruturantes da política de melhoria de qualidade da educação básica, vem se destacando o investimento na formação inicial e continuada de docentes, mediante o desenvolvimento de programas de formação em parceria com instituições de ensino superior, secretarias estaduais e prefeituras municipais, no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério.

Ressalta-se a Rede Nacional de Formação Continuada de Professores, que conseguiu institucionalizar a oferta de produtos e cursos de formação de professores, por meio da criação e do fortalecimento de Centros de Pesquisa e Desenvolvimento ligados às Instituições de Ensino Superior. A Rede conta com a atuação de 19 universidades e viabiliza a formação de profissionais da educação, em cinco áreas de atuação, com o atendimento a partir das demandas do PAR, pelos Estados e Municípios. Em 2010, serão atendidos 47 mil professores, dos quais 23.700 estão efetivamente cadastrados na Plataforma Freire. Para 2011, a previsão de atendimento é de 53 mil professores.

Em 2007 foi instituído o Fundeb, visando ampliar o financiamento para toda a educação básica, com vigência até 2020, que atenderá, em 2011, cerca de 47 milhões de estudantes em creches, educação infantil e especial, ensino fundamental e médio e educação de jovens e adultos. O aporte do Governo Federal, a título de complementação ao Fundo, em 2010, será de R\$ 7,6 bilhões. A partir deste ano, será fixado o montante de 10% resultante da contribuição de Estados e Municípios, sendo que para 2011 está prevista a complementação de R\$ 8,7 bilhões.

Educação de Jovens e Adultos

A política de educação de jovens e adultos objetiva contribuir para a garantia do direito à educação para jovens, adultos e idosos. Alguns avanços nas políticas de financiamento para essa modalidade de ensino merecem destaque: a incorporação integral da matrícula presencial de EJA no Fundeb em 2009; a ampliação dos Programas de Apoio à Educação Básica; e as ações de formação de professores, que possibilitarão elevar o grau de cobertura de EJA, a começar pela alfabetização.

O Programa Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos adotou uma estratégia de aumentar a abrangência e aprofundar meios para a continuidade dos estudos no ano de 2010, por meio das Agendas Territoriais de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos. O Governo Federal apoiará a oferta de vagas para 1,8 milhão de educandos em alfabetização de jovens e adultos, além de conceder 224,5 mil bolsas para equipes de alfabetização e distribuir 2,9 milhões de exemplares de livros e materiais didáticos. Em 2011, o Programa deverá beneficiar 2,1 milhões de alfabetizandos. Esse atendimento deverá atingir cerca de 37,3 mil coordenadores de turmas de alfabetização e 186,7 mil alfabetizadores, com investimentos de aproximadamente R\$ 700 milhões.

Além disso, objetivando a melhoria do aprendizado, o Programa permitirá a oferta de aproximadamente 17 milhões de livros específicos para EJA (alfabetização e ensino fundamental) e mais de 1 milhão de livros literários.

Vale lembrar, também, as iniciativas do ProJovem Campo, gerido pelo MEC, que se destina aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental. Seu objetivo maior é elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional, na modalidade de EJA.

Educação Profissional e Tecnológica

À educação profissional e tecnológica também tem sido oferecido tratamento prioritário não só por meio de vultosa expansão de sua rede de ensino, mas pelo apoio aos Estados e Municípios que ofertam educação profissional integrada ao ensino médio. No primeiro caso, a meta de atingir o total de 354 unidades de ensino até 2010 será superada, uma vez que, quando concluídas as 108 unidades em fase de implantação, a Rede de Educação Profissional e Tecnológica contará com 366 unidades escolares. Foram criadas 226 novas unidades de ensino, que, somadas às 140 preexistentes, eleva para 366 escolas técnicas distribuídas em todo o território nacional, interiorizando o acesso da educação pública à população das mais remotas regiões do País, combatendo as desigualdades regionais e garantindo equidade e cidadania aos segmentos sociais historicamente excluídos das políticas públicas estabelecidas.

Ao final da expansão em curso, a Rede Federal atenderá cerca de 540 mil jovens e adultos brasileiros. Também foram criados 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. São instituições equiparadas às universidades federais, especializadas na oferta de educação profissional, científica e tecnológica, sintonizadas com os arranjos sociais, culturais e produtivos locais, para que com isso possam fomentar o desenvolvimento dos territórios onde estão inseridas. O investimento em recursos humanos aponta para a criação de novas vagas de docentes e técnicos administrativos, providos mediante a realização de concursos públicos.

A modernização e a reestruturação do ensino técnico de nível médio das redes públicas estaduais é possibilitada pelo Brasil Profissionalizado. O objetivo é expandir o número de matrículas destinadas ao ensino médio integrado, incentivar o retorno de jovens e adultos à escola e aproximar a educação escolar do ambiente de trabalho. A estimativa é investir R\$ 1,8 bilhão, de 2008 a 2011, na construção, ampliação e reforma de prédios escolares, além de adquirir equipamentos, mobiliários e aprimorar a capacitação dos profissionais da educação. Ao longo de 2008 e 2009, e ainda em 2010, serão atendidas 1.200 escolas em 1.018 Municípios, beneficiando cerca de 700 mil alunos.

Assim, os investimentos financeiros na expansão da rede federal, somados à sua reestruturação, atingirão R\$ 2,3 bilhões, superando a estimativa de R\$ 1,8 bilhão, no período de 2008 a 2011.

Educação Superior

Levar educação superior a uma parcela maior da população é fator decisivo para a diminuição das desigualdades sociais e regionais e para o desenvolvimento científico e tecnológico, fomentando a inclusão social e a geração de trabalho e renda. Nos últimos anos, a graduação e a pós-graduação brasileira crescem progressivamente, resultado da política do Governo Federal, que investe recursos financeiros proporcionais a esse crescimento. Em decorrência disso foi possível aumentar o número de bolsas e apoio para investimentos e o custeio das atividades da graduação e da pós-graduação nas universidades brasileiras.

Nesse contexto, o programa Brasil Universitário tem avançado no sentido de democratizar o acesso à educação superior. Por intermédio do Reuni, tem sido possível ampliar a oferta de vagas nestas instituições de ensino mediante ampliação da infraestrutura física e dos quadros de servidores. Iniciado em 2007, associou todos os investimentos até então realizados em uma proposta integrada de ampliação das oportunidades de educação superior pública, tendo como objetivo atingir 227 mil vagas ofertadas e 1,1 milhão de matrículas projetadas para 2012.

Além da ampliação do número de vagas na educação superior pública, o Reuni visa à qualidade da oferta e atua em outras cinco dimensões: reestruturação acadêmico-curricular; inovação pedagógica; mobilidade intra e interinstitucional; compromisso social das Instituições Federais de Ensino Superior; e articulação entre graduação, pós-graduação e os demais níveis educacionais. Essas diretrizes se desdobram em ações e estratégias descritas nos Planos de Reestruturação e se materializam não só por meio de investimentos diretos do Programa, mas por um conjunto de programas associados, a exemplo do Proext, do PET e do Pnaes. A previsão é de cerca de 106 mil vagas a serem ofertadas em 2011, com recursos da ordem de R\$ 1,9 bilhão destinados ao custeio da expansão das Universidades Federais.

A democratização do acesso à educação superior também vem sendo concretizada por meio de outros dois programas: ProUni e Fies. Desde a implantação do ProUni, em 2005, até 2009, haviam sido beneficiados cerca de 600 mil estudantes, sendo 70% destes com bolsas integrais. Neste mesmo ano, o Fies assegurou a permanência de quase 490 mil estudantes matriculados em instituições privadas. O Fies passou por uma grande reformulação, principalmente com a promulgação da Lei nº 12.202, de 14 de janeiro de 2010. As taxas de juros caíram para 3,4%, os prazos de carência e de amortização da dívida foram alongados, os procedimentos de contratação foram otimizados, permitindo ao estudante contrair o financiamento em qualquer período do ano. Para o primeiro semestre de 2011 são previstos 7.656 bolsistas e para o segundo semestre, 8.879 bolsistas, com recursos de aproximadamente R\$ 1,6 bilhão.

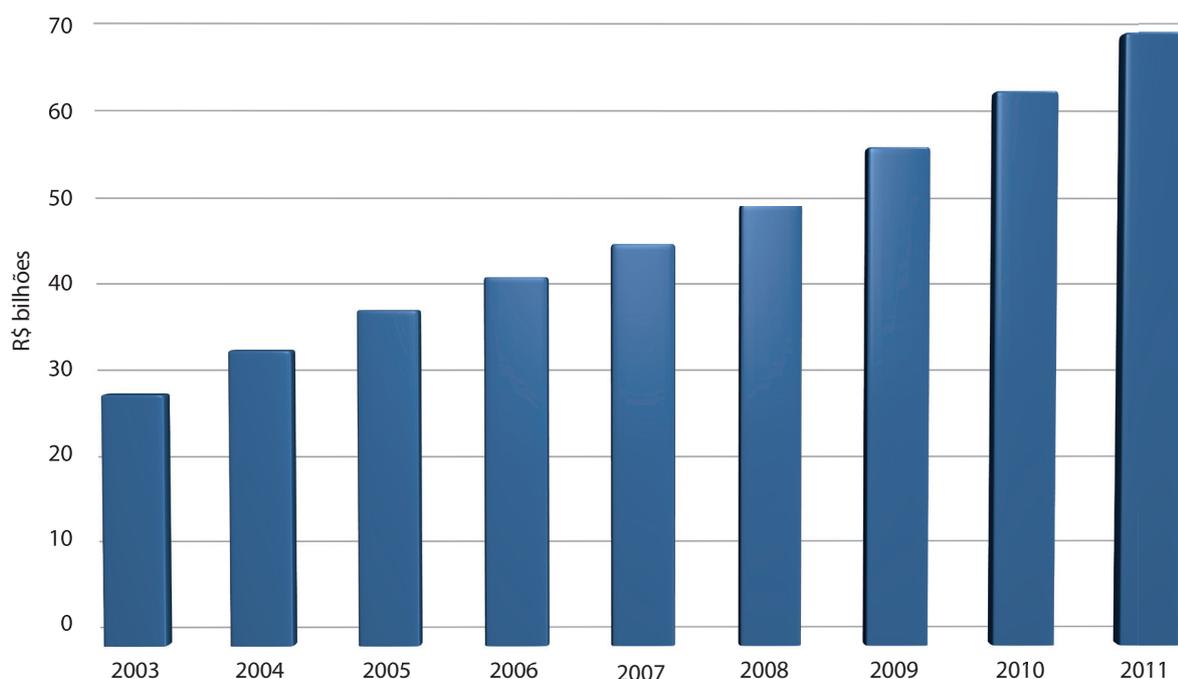
SAÚDE

A promoção da saúde constitui uma das prioridades centrais do Governo Federal. Para tanto, o SUS, desde sua criação, no início da década de 90, continua passando por mudanças e vencendo grandes desafios. Um destes desafios tem sido o enfrentamento de problemas de garantia de acesso a ações e serviços de saúde, que envolvem a superação de desigualdades inter-regionais, que exigem mudanças estruturais na composição da rede de atenção à saúde e a reorientação do modelo de atenção.

Outro desafio do SUS tem sido o financiamento de sua atuação, cuja cobertura financeira é executada de acordo com as determinações da EC 29, de 13 de setembro de 2000, que estabeleceu os montantes mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços de saúde, estando pendente, no entanto, sua regulamentação.

Para o exercício 2011, o cálculo previsto pela EC 29 determina a aplicação mínima pela União de recursos da ordem de R\$ 68,6 bilhões.

Gráfico 18 – Ações e Serviços de Saúde (Aplicação Mínima EC nº 29)



Na área de Atenção Básica, a principal estratégia do SUS é o PSF. Criado em 1993, contava em 2002 com 16.734 equipes implantadas, beneficiando 32% da população, em 4.163 Municípios. Em 2003, o programa alcançou a marca de 19.068 equipes em atuação e atualmente existem 30.782 equipes implantadas em 5.268 Municípios (95%), beneficiando 51% da população. Em 2011, espera-se alcançar 33.040 equipes implantadas, contando com recursos da ordem de R\$ 6,7 bilhões para esse fim.

A expansão da área de Atenção Básica exigiu investimentos na construção de UBS. Esses investimentos são orientados pelo Plano Nacional de Implantação de Unidades Básicas de Saúde, que prevê a utilização de um total de R\$ 330 milhões na construção de UBS em 1.099 Municípios, espalhados por todos os Estados e no Distrito Federal. Em 2011, espera-se construir 2.174 UBS, com aplicação do montante de R\$ 565,0 milhões.

Os grandes Municípios do País, que concentram quase um terço da população brasileira, têm coberturas populacionais do PSF estimadas em menos de 30%, com raras exceções. Esse cenário levou ao esforço de implementação do Proesf, destinado à ampliação das atividades do PSF em Municípios com mais de 100 mil habitantes. A cobertura média estimada para esses Municípios tem crescido para todos os grupos municipais, segundo o porte populacional. Com o intuito de continuar com tal expansão, está prevista para 2011 a aplicação de R\$ 88,3 milhões no desenvolvimento de ações do Proesf.

Alçada à condição de prioridade governamental, a assistência odontológica registrou expressiva expansão a partir da implementação do Programa Brasil Sorridente, no âmbito da Estratégia Saúde da Família. Até 2002, existiam 4.261 ESB implantadas, beneficiando 15% da população, distribuídas em 2.302 Municípios. Atualmente, existem 19.349 ESB implantadas, em 4.750 Municípios, que oferecem cobertura em ações básicas a cerca de 70% da população. Espera-se atingir em 2011 o número de 21,4 mil equipes de saúde bucal, tendo sido orçado, para tanto, na ação atenção básica em saúde bucal, R\$ 85,0 milhões.

Destaca-se ainda, em relação à atenção odontológica e ao programa Brasil Sorridente, a implantação dos Centros de Especialidade Odontológica – CEO para suprir a população de tratamentos odontológicos mais complexos, cuja implantação teve início em 2004, quando existiam 100 unidades, atingindo hoje 832 unidades instaladas em 699 Municípios. Para 2011, haverá destinação orçamentária de R\$ 113,0 milhões, com a finalidade de manutenção desses CEO, cujo número total de unidades chegará a 1.050.

A Atenção de Média e Alta Complexidade mobiliza expressiva parcela dos recursos setoriais. Em 2009, esse montante totalizou R\$ 25,4 bilhões, cerca de 44% do total alocado em ações e serviços públicos de saúde, enquanto, para 2010, o valor autorizado corresponde a R\$ 26,7 bilhões. Esses recursos, na sua maior parte, são repassados para Estados e Municípios como participação no custeio das atividades ambulatoriais e hospitalares do SUS. Os hospitais públicos e privados conveniados ou contratados pelo SUS realizaram, até abril de 2010, mais de 3,7 milhões de internações. Até maio de 2010, foram prestados mais de 469 milhões de consultas, atendimentos e acompanhamentos ambulatoriais, além de realizados mais de 186 milhões de exames de patologia clínica e cerca de 30 milhões de exames de diagnóstico por imagem, incluindo os de Raios X e os de ressonância magnética. A previsão orçamentária destinada à Atenção de Média e Alta Complexidade no ano de 2011 é da ordem de R\$ 29,3 bilhões.

Na Atenção Pré-Hospitalar, o Samu destaca-se como seu principal componente, servindo de base para a Política Nacional de Atenção às Urgências, criada em 2003. Contempla atualmente 1.337 Municípios, com 1.111 USB e 299 USA, todas habilitadas e em funcionamento. Essa rede oferece cobertura a 105 milhões de pessoas, que correspondem a 55% da população brasileira. A previsão de gastos em atenção pré-hospitalar para 2011 é de R\$ 925,2 milhões, considerando tanto o Samu quanto a estruturação dos demais serviços para atendimento das necessidades de atenção às urgências decorrentes de violências e causas externas.

Também compõem a rede de Atenção às Urgências as UPA, estruturas de complexidade intermediária entre as UBS, e as portas das urgências hospitalares, que fazem parte da segunda etapa da Política Nacional de Atenção às Urgências. Seu foco é o atendimento não hospitalar às urgências e emergências. Atualmente, são 254 unidades funcionando em 219 Municípios. Foram previstos investimentos da ordem de R\$ 990 milhões na expansão da rede de unidades, entre 2009 e 2010, esperando-se que até o final de 2010 a rede alcance a meta de 500 unidades em operação. Até o final de 2011, está prevista a construção de mais 125 unidades, atingindo o número de 625 UPAs em funcionamento, contando com dotação de R\$ 250,0 milhões para esse fim.

Por intermédio da Vigilância em Saúde, o Governo Federal monitora o quadro sanitário do País para a formulação e definição de prioridades nas ações de saúde, assim como colabora com Estados e Municípios no controle de endemias por meio de transferências de recursos. Em 2009, foram empenhados

R\$ 3,1 bilhões na área de vigilância, prevenção e controle de doenças e agravos; para o ano de 2010, a dotação autorizada é de R\$ 2,9 bilhões, para cobertura da atuação conjunta da União com Estados e Municípios no desenvolvimento de ações de vigilância em saúde, que inclui o combate à dengue e a outras endemias. Em 2011, serão investidos cerca de R\$ 3,6 bilhões no Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Doenças e Agravos.

Ainda na área de Vigilância em Saúde, duas questões foram alvo de especial atenção no último ano: o controle da gripe H1N1 (influenza A) e o controle da dengue. A intensificação dos esforços no combate à dengue envolveu a criação de planos de contingência em 13 Estados, a capacitação de profissionais de saúde em todo o País, a realização de parceria com o Ministério da Educação para mobilizar estudantes da rede pública e a participação de bombeiros e militares nas ações de detecção do mosquito. Já a prevenção da gripe H1N1 determinou a realização, no período de março a maio de 2010, da maior campanha de vacinação do País, com mais de 73 milhões de doses aplicadas.

No PNI, o Calendário Básico de Vacinação passará a ter 13 tipos de vacinas para proteger contra 19 doenças. Duas novas vacinas serão incluídas, em 2010, e estarão disponíveis na rede pública de saúde, contra o pneumococo e o meningococo do tipo C. A primeira protege contra a bactéria pneumococo, causadora de meningites e pneumonias, entre outras doenças. A segunda imuniza contra a doença meningocócica, principal causa de meningite bacteriana no Brasil. A oferta total do PNI, considerando as imunizações especiais, passa a ser de 28 tipos de vacinas. A amplitude do programa já permitiu eliminar ou colocar sob controle a poliomielite, o sarampo, a caxumba e a rubéola. Para preservar esses avanços, é indispensável manter a continuidade dos esforços, o que envolve ações destinadas a ampliar a capacidade de produção de vacinas, bem como disponibilidade de recursos orçamentários para a implementação do PNI. Em 2011, prevê-se a aplicação de R\$ 1,5 bilhão para a ação Imunobiológicos para Prevenção e Controle de Doenças, o que significa um acréscimo de 60% em relação ao montante autorizado para o ano de 2010.

No que tange ao Programa de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos, para a aquisição e distribuição de medicamentos básicos, estratégicos e excepcionais, a previsão é de que sejam despendidos R\$ 4,8 bilhões em 2010. Para 2011, a dotação orçamentária com essa finalidade corresponde a R\$ 5,7 bilhões. Entre os medicamentos básicos tem sido expressiva a elevação do acesso àqueles destinados ao controle da hipertensão e do diabetes, que são problemas de saúde pública em expansão no território nacional. No rol dos medicamentos estratégicos, encontram-se os destinados às doenças sexualmente transmissíveis (DST) distribuídos pelo Programa Nacional de DST e Aids, especialmente os antiretrovirais que são regularmente disponibilizados a mais de 190 mil pacientes portadores do vírus de imunodeficiência humana. É importante destacar a distribuição na rede do SUS de medicamentos para doenças transmissíveis como tuberculose, malária e hanseníase, entre outras.

O Programa da Farmácia Popular, criado com o intuito de alcançar camadas mais amplas da população em junho de 2004, na versão Rede Própria, em parceria com Estados e Municípios, contava inicialmente com 27 unidades próprias; com a expansão do programa, o número subiu para 530 unidades em 2009. Atualmente, esse Programa fornece 108 medicamentos, além de preservativo masculino, dispensados pelo seu valor de custo (redução de até 90% do valor quando comparados com drogarias e farmácias privadas). Em 2006, o programa passou para sua segunda fase, quando foi criado o Programa Farmácia Popular – Sistema de Co-Pagamento, que é baseado na parceria com farmácias e drogarias privadas. O Governo paga um valor fixo do medicamento e o cidadão paga o restante. Em 2006, foram credenciadas 2.955 empresas, mas em 2009 o sistema já contava com 10.790 estabelecimentos, e em 2010 esse número chegou a 12.245. Esta segunda fase do programa está trabalhando, atualmente, com medicamentos para doenças crônicas como hipertensão e diabetes, além de instrumentos de saúde sexual e reprodutiva, como anticoncepcionais e preservativos. Em 2011, este Programa contará com um aporte orçamentário da ordem de R\$ 607,2 milhões.

É importante salientar, ainda, que o Ministério da Saúde, através da Funasa, executa obras de saneamento a partir de critérios epidemiológicos, socioeconômicos e ambientais, voltadas para a promoção à saúde e para a prevenção e controle de doenças e agravos, com destaque para a redução da mortalidade infantil. O saneamento rural, área de atuação específica da Funasa, representou um investimento público da ordem de R\$ 900 milhões, de 2007 a 2009. Em 2010, há previsão de aplicação de R\$ 207,6 milhões e em 2011 serão mais R\$ 296,0 milhões investidos nesta área.

As outras iniciativas da Funasa na área de saneamento básico são complementares às ações do Ministério das Cidades, sendo a Funasa responsável pelo saneamento em Municípios de até 50 mil habitantes. Foram aplicados R\$ 2.873,7 milhões em serviços urbanos de água e esgoto, no período de 2007 a 2009. Este ano, R\$ 908 milhões serão investidos nesta área e, em 2011, mais R\$ 822,0 milhões. Na área de resíduos sólidos, o montante de R\$ 57,3 milhões será aplicado no próximo ano.

CULTURA

O acesso do cidadão à cultura vem passando por mudanças significativas e o Governo Federal tem apresentado iniciativas de efetividade mais imediata. Trata-se do incremento de ações de financiamento voltadas para o desenvolvimento cultural. A ideia é estimular e multiplicar a diversidade dos circuitos culturais das artes visuais, plásticas, musicais, da dança, do audiovisual, do circo, do teatro e das culturas populares. Há também a intenção de atingir o maior grau de cobertura geográfica possível, o que significa incluir áreas de grandes, médias e pequenas cidades, além de territórios de vulnerabilidade social.

Em 2011, dar-se-á prosseguimento às políticas públicas voltadas para a ampliação do acesso dos brasileiros aos bens culturais e aos meios necessários para o desenvolvimento da expressão simbólica, principalmente pelos estratos menos favorecidos da sociedade. Entendem-se como indispensáveis à qualificação do ambiente social das cidades e dos contextos urbanos: o desenvolvimento da economia da cultura, visando à geração de emprego e renda, e o fortalecimento das cadeias produtivas da indústria cultural. Faz-se importante, ainda, a modernização dos instrumentos, da legislação e dos marcos regulatórios que catalisem a ação cultural em benefício da sociedade brasileira como um todo.

Com este objetivo, uma série de propostas encontra-se em tramitação, visando à modernização da legislação cultural do País. As proposições, em sua maioria, surgiram ou foram ratificadas na II Conferência Nacional de Cultura, realizada em março de 2010. Dentre as principais propostas no Poder Legislativo, encontram-se o Projeto de Lei do Procultura, que substituirá a Lei Rouanet, e a iniciativa do Vale Cultura, a primeira política pública voltada para o consumidor de bens culturais, que permitirá aos trabalhadores a aquisição de ingressos de cinema, teatro, museu, espetáculos, livros, CDs, DVDs.

O ordenamento legal proposto considera a necessidade de desconcentrar os investimentos públicos em cultura, superando desigualdades sociais e disparidades regionais, fomentando o pluralismo das manifestações culturais e promovendo novas tecnologias como instrumento de uso criativo e simbólico, dentre outros. Pretende-se, para 2011, que o FNC seja o centro dinâmico do sistema de incentivo à cultura, de forma a democratizar o acesso de todas as áreas aos recursos públicos.

Como parte da Agenda Social do Governo, o Mais Cultura, que reúne ações de diversos programas do Plano Plurianual 2008-2011, tem obtido sucesso na implantação de novos espaços de caráter multiuso (bibliotecas, cinemas, teatros, telecentros, salas para oficinas de capacitação), agregando distintas dimensões, especialmente de formação, difusão e de fomento da produção cultural em ambientes que carecem de espaços para cultura e lazer em zonas centrais e periféricas das localidades.

O Programa Livro Aberto atua na implantação de bibliotecas de acesso público em Municípios que não as possuem e na modernização de espaços já existentes. Outro objetivo do Programa é constituir Pontos de Leitura e Bibliotecas Comunitárias e, também, capacitar jovens para mediação de leitura junto a comunidades carentes – Agentes de Leitura. Em 2009, o referido Programa contribuiu para a instalação de 450 bibliotecas no País, a partir da distribuição de “kits” compostos de acervo bibliográfico com 2 mil títulos, mobiliário, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som. Foram modernizadas aproximadamente 100 bibliotecas, recebendo acervos bibliográficos com cerca de mil títulos, mobiliário básico e itens de ambiência, de acordo com o Edital Mais Cultura de Modernização de Bibliotecas Públicas Municipais, para Municípios de até 20 mil habitantes. Em 2010, o Ministério dispõe de R\$ 55,9 milhões, e para 2011, visando à continuidade dessas políticas, o Programa contará com recursos da ordem de R\$ 54,0 milhões.

O Programa Cultura Viva – Arte, Educação e Cidadania incentivou e viabilizou a produção e a dinamização da criatividade e da fruição das culturas locais, nas diversas formas da cultura popular tradicional, das atividades artísticas, lúdicas e da cultura digital, estas relacionadas às novas tecnologias.

Esses incentivos consistiram em apoiar atividades realizadas em espaços culturais, selecionados por editais e denominados Pontos de Cultura. Em 2009, o Programa fomentou 2.517 Pontos de Cultura por meio de convênios firmados entre o Ministério da Cultura e Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades do terceiro setor. Em complemento às iniciativas de potencializar o desenvolvimento da cultura em nível local, o Cultura Viva contribuiu, até junho de 2010, para o funcionamento de 2.590 Pontos de Cultura em todo o território nacional. Para 2011, estão previstos 2.543 Pontos de Cultura, e recursos no valor de R\$ 90,8 milhões.

Outro programa finalístico, intitulado Brasil, Som e Imagem, deu prosseguimento aos editais de desenvolvimento da produção audiovisual, incluindo recursos para processos de capacitação e de veiculação na televisão aberta. Esse Programa investirá R\$ 315,2 milhões em 2010, prioritariamente na área cinematográfica e audiovisual, em linhas de ação já existentes, que necessitam ser dinamizadas, e em novas propostas que deverão ser aprovadas pelo Fundo de Inovação Audiovisual, por intermédio de editais e de iniciativas estratégicas, visando ao fomento de projetos cinematográficos, audiovisuais e de novas mídias. O Programa contará com o montante de R\$ 275,4 milhões, em 2011.

Por intermédio do FSA, a Ancine implementa uma série de editais para o desenvolvimento de projetos para televisão e cinema. Sua mais recente iniciativa, criada em 2010, o Cinema Perto de Você, busca reverter a tendência de fechamento das salas de projeção e ampliar os complexos de exibição cinematográfica pelo País, de forma a reduzir a concentração socioeconômica e regional. Para 2011, será alocado para o FSA o valor de R\$ 126,3 milhões.

O Programa Engenho das Artes contará com R\$ 214,8 milhões em 2011, que permitirão a continuidade de suas atividades nas áreas de teatro, dança e circo, por intermédio dos já consagrados Prêmios Funarte de Teatro Myriam Muniz, de dança Klauss Vianna, de circo Carequinha e o Artes Cênicas na Rua. São iniciativas que viabilizam projetos de montagem e de circulação de espetáculos, impulsionando e fortalecendo a economia das artes cênicas no Brasil. Destacam-se, também, o Prêmio de Fomento às Artes Visuais – que objetiva estimular a produção artística neste segmento específico, garantindo a interface entre a teoria e as práticas experimentais, e o Prêmio de Fomento à Música Popular e Erudita.

No que diz respeito ao Programa Identidade e Diversidade Cultural – Brasil Plural, tem sido dada ênfase às ações de fortalecimento dos mestres e dos grupos vinculados aos saberes populares, de combate à discriminação de grupos etários, de gênero e de diversidade sexual, criando um ambiente favorável à cultura da paz em consonância com o esforço do Governo de construir uma sociedade mais justa. Em 2011, serão alocados R\$ 14,1 milhões neste Programa.

O Programa Cultura Afro-Brasileira atua junto às comunidades rurais e urbanas de tradição africana, especialmente as remanescentes de quilombos, que enfrentam problemas de acesso a bens e serviços sociais. Suas ações buscam reduzir o ambiente de marginalização e de preconceito racial em nossa sociedade e proteger a tradição afrodescendente, particularmente sob seu aspecto religioso, cultural e socioeconômico. Em 2011, estão previstos recursos da ordem de R\$ 20,1 milhões.

No que concerne às ações voltadas para o patrimônio, no Programa Monumenta destaca-se o PAC Cidades Históricas, voltado para revitalizar Municípios com edificações tombadas ou sítios protegidos em âmbito federal. Em 2010 foram iniciadas ações em 134 cidades e, para 2011, estão previstas ações em outras 185, com investimentos da ordem de R\$ 130,5 milhões. Suas ações visam à preservação de espaços públicos, à educação patrimonial e à qualificação de mão de obra, de agentes e de gestores do patrimônio cultural.

Mediante o Programa Museu, Memória e Cidadania, busca-se a preservação do patrimônio museológico brasileiro e a ampliação do número de museus, particularmente em Municípios com menos de 50 mil habitantes. Para 2011, o órgão contará com R\$ 65,2 milhões e uma das metas é a melhoria da infraestrutura das instituições museológicas nas cidades que sediarão a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Finalmente, o Programa Brasil Patrimônio Cultural contará com recursos de R\$ 72,2 milhões para 2011, destinados à proteção do patrimônio material e imaterial do País e de suas expressões tradicionais, de modo a propiciar à sociedade o contato com suas raízes históricas e com elementos formadores da identidade nacional.

ESPORTE

Como integrante da área social do Governo Federal, o Ministério do Esporte tem sua atuação vinculada à execução de políticas públicas destinadas ao fomento do esporte nacional em suas três dimensões, sendo elas: Educacional; Recreativo/Lazer; e de Alto Rendimento. Além disso, ressalta-se a implementação de políticas no contexto da cadeia produtiva do esporte e das pesquisas científicas voltadas à área desportiva.

No que diz respeito ao esporte educacional, destaca-se o Programa Vivência e Iniciação Esportiva Educacional - Segundo Tempo, iniciado em 2003, o qual é reconhecido como uma tecnologia de esporte educacional com transferência para vários países. Também teve seu desenvolvimento potencializado por meio das linhas estratégicas, ações e metas estabelecidas pela III Conferência Nacional de Esporte, realizada de 3 a 6 de junho de 2010. Desde então, a prática de Esporte Educacional beneficiou cerca de 3,5 milhões de pessoas em todas as regiões do País, orientadas por 45.621 professores, monitores e outras.

O Segundo Tempo oferece aos seus beneficiários, no período de férias escolares, o desenvolvimento de atividades lúdicas, esportivas, artísticas, culturais, sociais e turísticas que ajudem a fortalecer a autoestima; e promove o Projeto Recreio nas Férias, nos períodos de janeiro e julho de cada ano, aos beneficiados ativos. Desde o início do Recreio nas Férias foram beneficiadas 189 mil pessoas, em 100 Municípios, orientados por 6.740 monitores.

Visando à qualificação dos Recursos Humanos do Programa, a partir de 2007, iniciaram-se os ciclos de capacitação entre coordenadores geral, pedagógicos, setoriais, de núcleos e demais recursos humanos envolvidos nos projetos especiais. As capacitações do Programa Segundo Tempo buscam qualificar sua execução, proporcionando aos recursos humanos uma maior compreensão dos fundamentos pedagógicos, das especificidades e responsabilidades que envolvem o Programa, em consonância às ações estratégicas definidas pelo Ministério.

O Sistema de Controle, Monitoramento e Avaliação do Programa em questão é viabilizado por meio de uma Rede de Universidades. Com 20 equipes colaboradoras, pertencentes a 34 instituições de ensino superior localizadas em todas as regiões do país, a Rede é composta por 150 professores universitários da área de Educação Física e pela equipe técnica da Secretaria Nacional de Esporte Educacional. As equipes colaboradoras fazem o acompanhamento sistemático de, no mínimo, 20% dos núcleos de cada convênio, com caráter formativo e de avaliação, considerando os aspectos pedagógicos e administrativos e a equipe técnica e os aspectos operacionais. No exercício de 2009, as equipes colaboradoras realizaram aproximadamente 230 visitas *in loco*, em 1.042 núcleos do Segundo Tempo de 138 convênios.

Para 2011, estima-se o atendimento a cerca de 2,5 milhões de beneficiados (crianças, adolescentes e jovens), viabilizado por alianças e parcerias institucionais, mediante a descentralização da execução orçamentária e financeira para Governos estaduais e municipais e entidades privadas sem fins lucrativos e por meio da cooperação que está sendo fomentada entre o Ministério do Esporte e o da Educação, de forma a ampliar e qualificar a abrangência do Programa. Essa parceria se materializa a partir da inserção do Segundo Tempo no Programa Mais Educação, que tem por objetivo universalizar, ao longo dos próximos anos, o acesso à prática esportiva a todos os alunos das escolas públicas da Educação Básica das redes municipal e estadual, iniciando com as escolas que participam do Programa Mais Educação; realização de Recreio nas Férias – edição janeiro e julho de 2011; consolidação dos projetos especiais voltados para o público universitário e pessoa com deficiência; capacitação de recursos humanos; acompanhamento e monitoramento dos convênios; consolidação do sistema de gestão de informação; e consolidação da Matriz de Indicadores.

No que tange ao esporte recreativo e de lazer, destaca-se a implantação de infraestrutura física em diversos Municípios com carência de instalações esportivas públicas, de livre acesso à população. Além dos investimentos realizados no âmbito do Programa Esporte e Lazer da Cidade, foram conveniadas as construções de cerca de 150 Praças da Juventude, espalhadas pelo território nacional. Tais praças foram concebidas como um espaço de convivência que ofereça atividades culturais, científicas, de inclusão digital, lazer e esportes, tendo como princípios a inclusão social e democratização do acesso qualificado ao esporte e lazer, e, como foco, a saúde e qualidade de vida para toda a população.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade está estruturado em quatro estratégias centrais: ação educativa, pesquisa, gestão compartilhada e informação. A ação educativa é pautada essencialmente pelo funcionamento de núcleos de esporte recreativo e de lazer nas diversas regiões do Brasil e tem como objetivo garantir o direito ao acesso com qualidade às políticas públicas de lazer e de esporte, em sua dimensão recreativa, para as mais diversas faixas etárias e garantir a inclusão de pessoas com deficiência.

O Plano Decenal do Esporte e Lazer, aprovado na III Conferência Nacional do Esporte, indica que, nos próximos 10 anos, o Programa Esporte e Lazer da Cidade deverá chegar a todos os Municípios brasileiros, como uma ferramenta educativa para o desenvolvimento local de políticas públicas de esporte e de lazer.

No que concerne ao Esporte de Alto Rendimento, destacam-se os preparativos para o Brasil sediar os principais eventos esportivos internacionais: os Jogos Mundiais Militares, em 2011; a Copa do Mundo de Futebol, em 2014; e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, em 2016. Além dos investimentos em infraestrutura demandados para a realização destes eventos, também estão sendo empreendidos esforços com vistas à preparação dos atletas brasileiros.

O ano de 2011 é marco do início de um ciclo especialmente virtuoso para o esporte brasileiro, com a realização dos V Jogos Mundiais Militares, que pela primeira vez serão realizados no continente americano, bem como a participação brasileira nos Jogos Pan e Parapan-americanos de Guadalajara, no México. Para os V Jogos Mundiais Militares estão previstos R\$ 618,0 milhões.

Para a Copa 2014, o Ministério do Esporte, juntamente com o Comitê de Responsabilidade da Copa 2014, está implementando o modelo de governança estruturado por câmaras temáticas para gestão das atividades que culminarão na elaboração e implementação do plano estratégico das ações do governo brasileiro para a realização do evento. Será ainda desenvolvido um Portal de Informações de monitoramento dos empreendimentos, necessário ao acompanhamento das ações a serem desenvolvidas pelas três esferas de Governo para cumprimento dos compromissos assumidos para viabilizar a realização dos jogos da Copa do Mundo Fifa 2014. Para tanto, o valor previsto para 2011 é de R\$ 132 milhões.

São também de suma importância as ações para a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, por meio da constituição do Comitê Gestor de Ações Interministeriais e da Autoridade Pública Olímpica – consórcio público que está sendo criado entre União, Estado do Rio de Janeiro e Município do Rio de Janeiro. Além disso, foi criada a Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. – BRASIL 2016, devendo, também, ser instituída a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem. Para 2011, prevê-se o montante de R\$ 605,6 milhões para a preparação das Olimpíadas 2016.

Por fim, é importante ressaltar que a implementação da Rede Nacional de Treinamento, a integração de cada modalidade com sua própria cadeia produtiva por meio da instalação de Câmaras Técnicas, a continuidade e o aperfeiçoamento dos Núcleos de Esporte de Base e da Rede CENESP (Centros de Excelência Esportiva) são fundamentais para a qualificação dos investimentos e dos resultados. Um dos pilares do desenvolvimento de atletas de alto rendimento, o Bolsa Atleta, é imprescindível para garantir a manutenção pessoal dos que não possuem patrocínio. Será destinado para o pagamento das bolsas, em 2011, o valor de R\$ 40,0 milhões, que beneficiará 3 mil atletas.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA, JUSTIÇA E POLÍTICA INDIGENISTA

A institucionalização da temática dos Direitos Humanos na agenda política nacional e na estrutura do Estado brasileiro são fatos consolidados. Os esforços que ensejaram tais conquistas remontam à participação do Brasil na Conferência Mundial de Direitos Humanos, ao lançamento do Programa Nacional de Direitos Humanos e à criação da SDH, órgão que compõe a estrutura essencial da Presidência da República.

Em continuidade ao histórico brasileiro de promoção e defesa dos direitos humanos frente à comunidade internacional, à constituição de órgãos de controle social e de formulação participativa das políticas públicas, além da realização de conferências nacionais, precedidas de ampla mobilização junto aos Municípios e Estados, a implementação do PNDH 3, aprovado pelo Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009, contribuiu para a manutenção e a ampliação desses avanços, com o desafio de consolidar a visão e a atuação integrada dessas iniciativas e ensinar a discussão e mobilização social em torno do tema.

O documento incorpora propostas aprovadas em mais de 50 conferências nacionais temáticas, promovidas desde 2003, relativas aos seguintes temas: segurança alimentar, educação, saúde, habitação, igualdade racial, direitos da mulher, juventude, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, meio ambiente, dentre outros, refletindo amplo debate democrático sobre as políticas públicas dessa área, além de contribuir para a manutenção e a ampliação dos avanços alcançados, sem minimizar o desafio de consolidar a atuação integrada das iniciativas, a discussão e a mobilização social em torno do tema.

Com o objetivo de garantir a promoção e defesa dos direitos humanos e da cidadania, transformar o tema em um elemento transversal às políticas públicas e inserir sua agenda em todas as áreas da atuação, o Governo Federal, sob a coordenação da SDH, executa programas e articula políticas públicas que têm como foco grupos sociais específicos, tais como crianças e adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, além de outros grupos socialmente vulneráveis. Tais iniciativas buscam fortalecer ainda mais os processos democráticos de participação social, por meio de parcerias com órgãos do Governo Federal, demais Poderes e esferas de Governo e com a sociedade civil organizada.

Crianças e Adolescentes

No que se refere às ações voltadas para crianças e adolescentes, merecem destaque os avanços obtidos na estruturação do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no enfrentamento da violência sexual contra esse segmento e no atendimento socioeducativo.

Quanto às conquistas alcançadas no âmbito da estruturação Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, cabe mencionar o apoio à implantação dos núcleos de formação continuada para membros dos Conselhos de Direitos e de Conselheiros Tutelares, o auxílio à formulação dos módulos de capacitação a distância para escolas de Conselhos e o apoio aos trabalhos realizados pelos Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, que investiram intensamente na implementação do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária. Em parceria com o Ministério da Justiça, a SDH também está implantando a Rede Nacional de Identificação e Localização de Crianças e Adolescentes Desaparecidos, que visa criar um cadastro nacional para auxiliar na busca e na localização daqueles com paradeiro desconhecido.

Outra área que tem apresentado significativos avanços é a do atendimento socioeducativo. Desde a elaboração do Sinase, em 2006, que estabelece parâmetros e diretrizes para a execução das medidas socioeducativas, várias unidades desse atendimento tiveram seus projetos arquitetônicos adequados às novas normas. A implantação de Centros de Referência Especializados de Assistência Social, de

maneira integrada ao Sinase, vem permitindo que adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, como a liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, sejam recebidos e acompanhados adequadamente. Para 2011, os investimentos na área são da ordem de R\$ 26,9 milhões e incluem construção, reforma e ampliação de unidades de atendimento, além dos serviços de proteção social aos adolescentes em cumprimento a medidas socioeducativas.

No que se refere às iniciativas voltadas ao enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, a realização do III Congresso Nacional de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes contribuiu para nortear a ação do Governo Federal na implementação de políticas nessa área. Outro fato a ser destacado foi a sanção da Lei nº 11.829, de 25 de novembro de 2008, que prevê a punição da pornografia infantil na internet.

Em 2009, o Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-juvenil no Território Brasileiro foi expandido para 451 Municípios de 22 Estados brasileiros, incluindo as regiões de fronteira com os países vizinhos. Vale mencionar, também, os avanços relativos ao Disque Denúncia Nacional (Disque 100), que realizou mais de 2 milhões de atendimentos e bateu sua meta de 100 mil denúncias, recebidas e encaminhadas, sobre violência, abuso e exploração sexual, consolidando-se como poderoso instrumento de combate a todo tipo de violência sofrida por esse grupo de pessoas. O esforço do Governo Federal no enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes terá continuidade em 2011, com recursos orçamentários da ordem de R\$ 16,9 milhões.

População Idosa

Nos últimos anos, o Governo brasileiro tem investido fortemente na promoção da qualidade de vida das pessoas idosas. Um dos temas de destaque da agenda federal nesta área é o enfrentamento à violência, destacando-se o Observatório Nacional da Pessoa Idosa, um instrumento de acompanhamento e análise das políticas de enfrentamento à violência contra esse segmento da população. Além disso, foram criados novos Centros de Atenção e Prevenção à Violência contra a Pessoa Idosa nos Estados de Goiás, do Piauí e no Município do Rio de Janeiro.

Outra iniciativa importante diz respeito à promoção da Renadi, que tem nos CDI um de seus elos principais. O Governo Federal tem apoiado a realização dos encontros nacionais desses Conselhos, com o objetivo de esclarecer e informar ao público-alvo sobre o papel e os exemplos bem-sucedidos de sua atuação nos níveis estadual e municipal. Contribuem para esse esforço a ativação de mecanismos de participação, como a realização de conferências municipais, estaduais e regionais sobre os direitos da pessoa idosa, que culminaram na II Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, em 2009.

Pessoas com Deficiência

O Brasil é um dos países mais inclusivos das Américas, seja pela legislação avançada, seja pelo conjunto de políticas públicas específicas. A conquista mais recente foi a ratificação da Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, com a particularidade de ter sido incorporada à nossa legislação com equivalência de emenda constitucional. Tal fato mais do que reforça o empenho do Governo Federal em ampliar os espaços de atuação e participação cidadã desse segmento da população brasileira.

Como consequência dos esforços voltados à integração social de pessoas com deficiência ou necessidades especiais, destacam-se o Compromisso Nacional pela Inclusão da Pessoa com Deficiência, por meio do Decreto nº 6.215, de 26 de setembro de 2007, que teve a adesão de 22 Estados, bem como a

criação, em 2008, de um banco de talentos com o objetivo de armazenar e disponibilizar informações sobre a empregabilidade das pessoas nessa condição.

Em 2009, a inclusão de perguntas específicas sobre pessoas com deficiência na pesquisa de informações básicas municipais, realizada pelo IBGE, representou avanço significativo com relação à disseminação de conhecimentos sobre esse segmento. Ainda nesse âmbito, o Governo Federal promoveu, em fevereiro de 2010, um encontro nacional para divulgar as propostas e potencializar as discussões sobre os direitos das pessoas com deficiência com base no III Plano Nacional de Direitos Humanos. Também em 2010 foi lançado o projeto “Cidade Acessível é Direitos Humanos”, que pretende incentivar a promoção da acessibilidade nas cidades brasileiras.

Para 2011, serão alocados R\$ 8,3 milhões para implementar as ações voltadas a esse segmento da população.

Registro Civil de Nascimento e Documentação Civil Básica

O programa de registro civil de nascimentos sofreu muitas mudanças nos últimos anos e vem obtendo importantes avanços. Em 1998, de acordo com o IBGE, o índice brasileiro de sub-registro era de 27,01%; na última estimativa sobre sub-registro de nascimentos, publicada em novembro de 2008, esse índice caiu para 8,9%. Entre as iniciativas que contribuíram para a redução desse índice está a recente instalação de 260 postos de registro civil no território nacional. Outro avanço consistiu na implantação, em 2009, do Sistema Nacional de Informação de Registro Civil, que visa integrar informações oriundas dos cartórios, sistemas de informação em saúde e demais sistemas relacionados ao controle de nascimentos e de registro civil. Tal sistema pretende contribuir para a construção de indicadores específicos para as regiões que têm dificuldade em realizar os registros de nascimento, de modo a possibilitar estudos e pesquisas que incentivem o registro civil.

Ainda com o objetivo de facilitar o acesso a documentos básicos, promover a divulgação de informações sobre direitos humanos e o acesso a direitos, bem como prestar assessoria jurídica aos cidadãos, o projeto Balcões de Direitos ampliou sua abrangência, atuando mediante convênios com ministérios, Estados, Municípios, universidades, defensorias públicas e organizações da sociedade civil.

No âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, incluídos os Fundos Nacionais do Idoso e para a Criança e o Adolescente, é prevista a aplicação de R\$ 216,9 milhões no orçamento da União para 2011, concretizando o compromisso federal de assegurar a todos o pleno exercício de direitos, com a construção de uma cultura de paz e de valorização da vida.

Igualdade de Gênero e Políticas para as Mulheres

As mulheres brasileiras vêm ganhando cada vez mais espaço em nossa sociedade. Apesar disso, muitos ainda são os desafios a serem enfrentados para que haja igualdade de fato entre homens e mulheres. Para enfrentá-los, o Governo Federal vem desenvolvendo uma série de programas e ações, sob a coordenação da SPM, ligada à Presidência da República.

Com vistas a organizar, potencializar e priorizar as ações de proteção e garantia de direitos, combate e prevenção da violência contra as mulheres, o Pacto Nacional pelo Enfrentamento da Violência contra as Mulheres articula ações de diferentes áreas governamentais, como justiça, segurança, saúde, assistência social, além de cultura, educação, trabalho e habitação, nos três níveis de Governo. Os eixos prioritários do Pacto são: Eixo I - Implementação da Lei Maria da Penha e Fortalecimento dos Serviços Especializados de Atendimento; Eixo II - Proteção dos Direitos Sexuais e Reprodutivos e

Implementação do Plano Integrado de Enfrentamento da Feminização da Aids; Eixo III - Combate à Exploração Sexual e ao Tráfico de Mulheres; Eixo IV - Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres em Situação de Prisão.

Entre as suas metas está a ampliação dos serviços de atendimento à mulher em situação de violência, com o aumento do número de Defensorias, Juizados e Varas Especializadas, de Centros de Referência e de Delegacias Especializadas. Ampliou-se também a Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), acessível por telefone gratuitamente e em tempo integral. No total, 23 unidades da Federação aderiram ao Pacto.

Outro aspecto evidente das desigualdades de gênero está no mercado de trabalho, do qual as mulheres participam menos que os homens, apresentam maiores taxas de desemprego e estão mais presentes em relações precárias de trabalho. Além disso, os espaços de poder, prestígio e valor social são ainda majoritariamente ocupados por homens. As mulheres são relacionadas ao espaço privado e às atribuições ligadas à reprodução da família, enquanto dos homens se espera muito mais frequentemente a atuação nos espaços públicos. Com isso, ainda é baixa a presença das mulheres nos espaços formais de poder e decisão.

A SPM vem desenvolvendo ações pioneiras na área de trabalho, autonomia e geração de renda, destinadas a mulheres que querem se inserir no mercado de trabalho ou aumentar suas oportunidades de renda e ocupação. São elas: Mulheres Construindo a Autonomia na Construção Civil; Trabalho, Artesanato, Turismo e Autonomia das Mulheres; e Trabalho e Empreendedorismo das Mulheres.

Nesse mesmo sentido, a Secretaria desenvolve iniciativas voltadas às trabalhadoras rurais, assentadas da reforma agrária, agricultoras familiares, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas, indígenas e ribeirinhas, por meio de ações de promoção do acesso à documentação civil e trabalhista, titulação conjunta da terra, acesso ao crédito produtivo, assistência técnica especializada, bem como incentivo à produção e comercialização. O objetivo é promover o acesso à política pública, além de garantir cidadania e autonomia a esse segmento.

A SPM contará, em 2011, com recursos da ordem de R\$ 50,0 milhões para a promoção dessas políticas.

Igualdade Racial

A PNAD de 2008 apresentou, pela primeira vez, a população brasileira como majoritariamente negra. De acordo com dados do IBGE, pretos e pardos totalizam mais de 96 milhões de pessoas, representando 50,6% da população naquele ano. Estudos realizados sobre o tema constataram que o aumento progressivo da proporção da população negra é devido a mudanças na autodeclaração. Mais brasileiros reconhecem-se como negros.

Por conseguinte, é inaceitável que essa parcela majoritária da população continue concentrando os piores indicadores sociais em todas as áreas. Ademais, permanece atuante na sociedade a marca do racismo que, se em muito é combatido, ainda mantém-se ativo, manifestando-se em alguns casos de forma explícita, e mais frequentemente, por meio de mecanismos de exclusão e subordinação, com impactos na manutenção da desigualdade racial no País. Torna-se, portanto, essencial construir uma dinâmica de políticas públicas que favoreça o combate às desigualdades raciais e ao racismo, visando implementar esforços em favor da equidade e da valorização da população negra no País.

A Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial compreende ações voltadas ao combate à discriminação direta e indireta, por meio de iniciativas de valorização da população negra, com o propósito de reverter o quadro de desigualdade de oportunidades e instalar espaços sociais primados pela equidade. Foi estabelecida não apenas como meio de reparação, mas como pilar fundamental para construção de uma sociedade mais justa. Ciente dessa responsabilidade e desse compromisso, a igualdade racial passa

a ser questão de política pública no Governo Federal, tanto no âmbito da SEPPIR quanto de diversos Ministérios, em consonância com o necessário caráter transversal que a temática deve apresentar.

Um dos campos de destacada desigualdade racial e de grande potencial de promoção de bem-estar é o ensino superior. Em 2001, apenas 3,5% da população entre 18 e 24 anos que frequentava o ensino superior eram negros. Iniciativas como o Programa Universidade para Todos e a instituição de cotas e bonificações nos processos seletivos de universidades públicas, em favor dos estudantes negros, permitiram ampliar a frequência destes ao ensino superior. Em 2008, a participação de estudantes negros nessa mesma faixa etária havia subido para 7,7%. A política de cotas tem ainda demonstrado impactos positivos no que diz respeito à ampliação da diversidade cultural e étnica do corpo discente das instituições do ensino superior e à democratização do acesso a este nível de ensino das populações em situação de desvantagem social.

Entre as conquistas recentes, destaca-se a aprovação da Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial, primeira lei a dispor sobre os direitos da população negra brasileira depois da sanção da Abolição da Escravatura em 1888. A nova lei incorpora as ações afirmativas e os meios para sua implementação, como programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

O Estatuto da Igualdade Racial define a adoção de tais programas e políticas reparatórias, em diferentes esferas, que incluem educação, cultura, esporte e lazer, saúde, segurança, trabalho, moradia, meios de comunicação de massa, financiamentos públicos, acesso à terra, à justiça, e outros. Fica assegurada assim, a participação da população negra, em condições de igualdade de oportunidades, na vida econômica, social, política e cultural do País.

Abrangendo uma população de cerca de 96 milhões de pessoas, o Estatuto estabelecerá uma nova ordem de interesse na sociedade brasileira, uma vez que vai atingir todos os Poderes da República e a sociedade, além de contemplar reivindicações históricas dos movimentos sociais negros.

Destaca-se, ainda, a ampliação do diálogo social, por meio da realização das Conferências Nacionais de Promoção da Igualdade Racial, além da inclusão dessa temática em outras conferências setoriais. Em 2009, foi lançado o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial, consolidando as propostas da Conferência e fixando objetivos para redução das desigualdades em várias áreas.

Apesar dos avanços, há ainda muito que desenvolver nesse campo de desigualdades seculares. A chave da desconstrução do racismo e de seus efeitos perversos consolidados nos atuais patamares de desigualdade entre brancos e negros está nas ações de combate à discriminação e ao preconceito e para promoção da igualdade racial nas esferas mais importantes da vida social.

Em 2011, é firme o propósito de consolidação e ampliação dessas iniciativas. Para tanto, foram destinados R\$ 30,0 milhões em recursos orçamentários à SEPPIR, além dos recursos a serem executados em programas a cargo dos demais órgãos da Administração Pública Federal.

Cidadania e Justiça

Durante o atual Governo, o tema da Justiça recebeu especial atenção. Com a aprovação da Emenda Constitucional nº 45, em 30 de dezembro de 2004, iniciou-se um período de transformações organizacionais e institucionais profundas, que atingiram o sistema de Justiça como um todo. Para além das alterações legislativas, a ação governamental buscou aumentar as disponibilidades orçamentárias e articular politicamente os esforços dos três Poderes da República em favor de um Poder Judiciário mais acessível, ágil e efetivo. O exercício de 2011 marcará a continuidade de um ciclo de investimentos públicos na materialização desses objetivos e na consolidação do Conselho Nacional de Justiça.

O aumento da base de usuários e a universalização progressiva do acesso ao Sistema de Justiça geram pressões significativas sobre a demanda por prestação jurisdicional. No Poder Judiciário da União, essa ampliação vem sendo acompanhada por investimentos na implantação de novas Varas Judiciais e no recrutamento de mais juízes federais, o que vem permitindo a redução na razão entre novos processos distribuídos e o número de juízes federais em exercício no primeiro grau de jurisdição.

O crescimento nos quadros do Poder Judiciário da União também vem sendo acompanhado de um acentuado processo de interiorização, aproximando geograficamente essas organizações e a cidadania. Em 2008, encontravam-se em funcionamento 743 Varas Federais e 1.371 Varas Trabalhistas. Desde a edição da Lei nº 10.772, de 21 de novembro de 2003, instalaram-se novas Varas da Justiça Federal em 79 Municípios que anteriormente não dispunham dessa estrutura pública. Em estágio mais avançado de interiorização, a Justiça do Trabalho vem investindo na ampliação de sua rede de juzizados itinerantes, aos quais se destinam recursos orçamentários de R\$ 2,1 milhões.

O Poder Judiciário e suas funções essenciais têm promovido também diversas iniciativas para a realização de programas e eventos de conciliação por todo o País, que têm produzido resultados satisfatórios com a resolução de um percentual elevado de litígios judiciais. É o esforço dos Poderes públicos na defesa da conciliação e dos instrumentos autocompositivos como alternativas viáveis para a resolução de conflitos e uma maior pacificação social.

Para garantir o acesso universal à Justiça, em especial aos mais necessitados, o Governo continua estruturando a Defensoria Pública da União, que em 2009 atendeu mais de 800 mil cidadãos em busca do exercício de seus direitos. No exercício de 2011, o programa de Assistência Jurídica Integral e Gratuita disporá de um orçamento de R\$ 85,9 milhões e a Defensoria Pública da União passará a contar com um quadro próprio de servidores públicos de carreira, em substituição ao atual corpo provisório de empregados terceirizados e servidores cedidos por outras organizações da Administração Pública. Nos campos da composição extrajudicial e da prevenção aos conflitos de massa e ao litígio judicial individual, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos receberá recursos orçamentários de R\$ 11,0 milhões destinados ao financiamento de projetos apresentados por outras esferas de Governo e pela sociedade civil organizada.

As Justiças Federal, do Trabalho e do Distrito Federal mantêm, também, a ação Assistência Jurídica a Pessoas Carentes, como forma de permitir o acesso da população carente à Justiça. Para o ano de 2011, foram destinados recursos no valor de R\$ 123,9 milhões para essa finalidade no âmbito desses órgãos.

Ao Ministério Público da União, prevê-se um orçamento de R\$ 2,5 bilhões para o desenvolvimento de suas atribuições voltadas à defesa da ordem jurídica. Já a consultoria jurídica às organizações do Estado e a defesa jurídica da União, a cargo da Advocacia Geral da União, receberão recursos orçamentários no valor de R\$ 270,0 milhões.

No que diz respeito ao aprimoramento da prestação jurisdicional e à garantia ao princípio constitucional da razoável duração do processo, ainda há muito que avançar. Embora os quadros do Poder Judiciário da União venham crescendo em velocidade superior ao aumento da demanda, o estoque de ações judiciais pendentes de julgamento não vem apresentando o mesmo ritmo de redução, o que indica perda de produtividade e aumento da morosidade. Esses dados sugerem a necessidade de o Poder Judiciário investir na capacitação de seu corpo técnico e na melhoria dos instrumentos de gestão, em especial o processo judicial eletrônico, de que trata a Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006.

O Projeto e-Jus, sob a coordenação do CNJ, tem a finalidade de prover a infraestrutura adequada e a interligação de todos os ramos do Poder Judiciário com aumento da agilidade, da cobertura, do acesso e da eficiência da prestação jurisdicional. A inserção no Projeto e-Jus, em especial por meio da virtualização processual, proporcionará rapidez nos procedimentos e nas decisões jurídicas, bem como

uma uniformização taxonômica das ações e causas judiciais, permitindo a implantação do processo eletrônico nos termos da Lei nº 11.419, de 2006. Para a sua implantação e manutenção em 2011, prevê-se o montante de gastos da ordem de R\$ 285,0 milhões.

A demanda social por prestação jurisdicional eficiente estende-se aos tribunais superiores. Em que pese a grande expectativa quanto aos efeitos da criação das súmulas vinculantes e impeditivas de recurso sobre a movimentação processual dos tribunais superiores, o número de ações distribuídas no Supremo Tribunal Federal mantém-se estável, em torno de 70 mil/ano. Já o Superior Tribunal de Justiça vem enfrentando um aumento constante no número de ações distribuídas, que passou de 215.411, em 2004, para 271.521, em 2008. Como consequência, o estoque de ações pendentes de julgamento ampliou-se de 125.096, em 2004, para 175.298, em 2008.

Responsável pela gestão dos processos eleitorais, a Justiça Eleitoral persistirá na implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor - Biometria, que prevê a aplicação de recursos orçamentários de R\$ 51,0 milhões. O intuito do projeto é elaborar um cadastro unificado de eleitores, de forma a evitar duplicidades cadastrais e aumentar a segurança do processo eleitoral.

A estimativa do TSE é que até 2017 tenham sido cadastrados 100% do eleitorado, ou seja, 148 milhões de eleitores, e que todos os Estados tenham urnas eletrônicas com leitores biométricos. Deverão ser gastos, no total desse projeto, cerca de R\$ 402,3 milhões para custear as despesas com a compra de urnas eletrônicas, de kits biométricos e com a logística do processo. Uma vez concluído, o sistema permitirá a identificação biométrica do eleitorado, reduzindo significativamente o número de fraudes, ampliando a confiança no sistema eleitoral e a legitimidade dos detentores de mandato político.

Política Indigenista

A política indigenista desenvolvida pelo Governo Federal, por meio da Funai, não se restringe ao tema “proteção territorial”, na medida em que impõe forte viés em ações de proteção etnoambientais, promoção social, melhoria da qualidade de vida dos povos, ascensão político-cultural na sociedade brasileira, entre outras, voltadas para a efetiva preservação aos diversos grupos indígenas existentes no território nacional.

A realidade atual da população indígena brasileira e sua relação com a sociedade e o Estado tornam imprescindível o fortalecimento das áreas de competência da Funai. Nesse sentido, foi sancionado pelo Presidente da República o Decreto nº 7.056, de 28 de dezembro de 2009, que define a nova estrutura organizacional da Instituição, incluindo 297 Coordenações Técnicas Locais – localizadas mais próximas às populações indígenas, em todo o País, com o intuito de promover melhor atendimento.

O universo a que se refere o tema engloba 664 terras indígenas já homologadas, áreas que ocupam 12,5% do território nacional, cerca de 220 etnias com aproximadamente 180 línguas faladas e a existência de 500 mil indígenas aldeados.

Para a implementação efetiva da Política Indigenista, merecem destaque o processo administrativo de demarcação e a regularização fundiária de terras indígenas nas etapas referentes aos estudos de identificação/delimitação (declaração), demarcação física dos limites (homologação), registros cartoriais, levantamento fundiário e avaliação, indenização das benfeitorias de boa-fé e extrusão dos não índios, quando necessária.

As chamadas Frentes de Proteção Etnoambientais atuam na educação ambiental, capacitação, vigilância em saúde, fiscalização e proteção das áreas indígenas. A Funai tem priorizado as atividades desses grupos nas áreas de presença de índios isolados ou de recente contato, face à existência de ameaças à integridade física ou cultural desses grupos, além da evidente vulnerabilidade das terras por eles ocupadas.

Dotar as comunidades indígenas de autonomia produtiva constitui outro fator fundamental para a promoção social e melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Nesse sentido, o Governo Federal vem realizando consultas junto aos grupos indígenas para que se obtenha um planejamento participativo e se alcance a concretização das atividades mapeadas. Entre 2003 e 2005, foram beneficiadas 118.521 famílias, e entre 2008 e 2009 foram beneficiados 767.808 indígenas. Além disso, há o apoio ao financiamento de projetos, assessoramento técnico na realização de diagnósticos participativos, na elaboração, implementação, monitoramento e avaliação de projetos produtivos que utilizem práticas tradicionais/sustentáveis, bem como a implementação e manutenção de infraestrutura de produção, certificação e comercialização de produtos indígenas.

Nos últimos anos, observou-se a ampliação e o aperfeiçoamento de políticas voltadas à proteção social dos povos indígenas, sobretudo relacionadas à segurança alimentar e nutricional, mediante a distribuição de cestas básicas, e à inclusão dos indígenas no Programa Bolsa Família, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome. Adicionalmente, foram reconhecidos seus direitos previdenciários, mediante o acesso dos indígenas à seguridade especial, conforme acordo com o Ministério da Previdência Social. Por fim, e, fundamentalmente, foi facultada à população indígena a universalização da documentação cidadã, envolvendo o acesso ao Registro Civil de Nascimento, Registro Administrativo de Nascimento Indígena, Registro Geral e documentação básica com Cadastro de Pessoa Física.

A Funai desenvolve, ainda, ações relativas ao assessoramento às comunidades indígenas na implementação e manutenção das políticas públicas relativas à educação escolar; à promoção de estudos que permitam aprimorar o conhecimento sobre temas diretamente vivenciados por esse grupo; à preservação da documentação, do cadastro e da salvaguarda dos seus bens culturais e conhecimento; à gestão ambiental e territorial de suas terras; à gestão e disseminação de informações acerca da temática indígena; à valorização do seu patrimônio cultural; e aos empreendimentos que afetam as suas terras.

Para 2011, serão destinados R\$ 160,6 milhões para o desenvolvimento de ações voltadas à temática indígena, no âmbito da Funai.

INCLUSÃO DE JOVENS

Vive-se um momento em que a juventude ganha importância na configuração da questão social brasileira. Na esfera federal, nos últimos anos, cresceu a atenção dirigida aos jovens. A Política Nacional de Juventude vem sendo consolidada e articulada em torno de duas questões principais: direitos e oportunidades. Os programas e as ações governamentais visam oferecer oportunidades e garantir direitos aos jovens brasileiros, levando em conta os direitos universais de cidadania e as especificidades das demandas da atual geração juvenil.

A mobilização do Governo Federal em favor de políticas promotoras de direitos e oportunidades direcionadas aos jovens ganhou grande impulso com a implementação, em 2007, da versão integrada do ProJovem. Destinado a jovens de 15 a 29 anos, o Programa tem por objetivo promover a sua reintegração ao processo educacional, a qualificação profissional e o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, atuando na formação de jovens por meio da efetiva associação entre a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias de interesse público. Coordenado pela SNJ, o ProJovem é subdividido em quatro modalidades: ProJovem Urbano, ProJovem Trabalhador, ProJovem Adolescente e ProJovem Campo.

Sua gestão e seu orçamento são compartilhados entre a Secretaria-Geral da Presidência da República, por meio da SNJ, e os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cada modalidade possui um comitê gestor instituído pelo órgão responsável por sua coordenação.

Para o exercício de 2011, foram previstos recursos orçamentários da ordem de R\$ 1.248,0 milhões, beneficiando 1.049 mil jovens.

ProJovem Urbano

Gerido pela SNJ, o programa tem como público-alvo jovens de 18 a 29 anos, que sabem ler e escrever, mas não concluíram o ensino fundamental, e que integram famílias com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo. O ProJovem Urbano tem como objetivo contribuir para a elevação da escolaridade ao nível da 8ª série do ensino fundamental, promover a qualificação profissional, com certificação de formação inicial, e desenvolver experiências de participação cidadã, por meio de projeto de intervenção social dos jovens em sua comunidade. Os cursos têm duração de 18 meses e os participantes que cumprem as metas de frequência e entrega de trabalhos escolares recebem um benefício de R\$ 100,00 por mês, pago ao longo de 20 meses.

Para 2011, estima-se contribuir para a oferta de oportunidades de inserção de 300 mil jovens brasileiros na educação formal e no mercado de trabalho, diminuindo as desigualdades sociais existentes no País. Os recursos, no montante de R\$ 494,0 milhões, serão aplicados na concessão de auxílio-financeiro a cada jovem que atende às condicionalidades do ProJovem Urbano, na qualificação e no pagamento dos profissionais envolvidos nas ações de elevação da escolaridade, na aquisição de gêneros alimentícios para ofertar lanches aos alunos, nas atividades práticas de qualificação profissional, na compra de material didático doado a alunos e professores e na formação de profissionais que atuam no âmbito do ProJovem Urbano.

ProJovem Trabalhador

Gerido pelo MTE, tem como público-alvo jovens com idade entre 18 e 29 anos, que já concluíram o ensino fundamental, em situação de desemprego e que são membros de famílias com renda mensal

per capita de até um salário mínimo. Seu objetivo é preparar o jovem para o mercado de trabalho e fornecer alternativas de geração de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção laboral. Os participantes recebem um auxílio no valor de R\$ 600,00 (em seis parcelas de R\$ 100,00), mediante comprovação da frequência aos cursos de qualificação.

A implantação do ProJovem Trabalhador ocorre por meio de submodalidades, a saber: a) Consórcio Social de Juventude, caracterizada pela participação indireta da União, mediante convênios com entidades privadas sem fins lucrativos, para atendimento aos jovens; b) Juventude Cidadã, caracterizada pela participação direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios no atendimento aos jovens; c) Escola de Fábrica, caracterizada pela integração entre as ações de qualificação social e profissional com o setor produtivo; e d) Empreendedorismo Juvenil, caracterizada pelo fomento de atividades empreendedoras como formas alternativas de inserção do jovem no mundo do trabalho. Para 2011, serão alocados R\$ 320,0 milhões para atender 129,9 mil jovens nessa modalidade.

ProJovem Adolescente

Gerido pelo MDS, destina-se aos jovens de 15 a 17 anos: a) pertencentes a famílias em condição de extrema pobreza e beneficiárias do Programa Bolsa Família; b) egressos de medidas socioeducativas de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto; c) em cumprimento ou egressos de medida de proteção; d) egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil; ou e) egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual. Seus objetivos são complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. O programa oferece atividades socioeducativas durante 24 meses e, ao contrário das demais modalidades do ProJovem, o auxílio financeiro previsto (R\$ 30,00) é pago diretamente às famílias, mediante comprovação de frequência à escola e no limite de até dois por família. Para o exercício de 2011, espera-se atender 600 mil jovens com dotações orçamentárias no montante de R\$ 365,5 milhões.

ProJovem Campo

Gerido pelo MEC, destina-se aos jovens com idade entre 18 e 29 anos, que vivem nas áreas rurais e que sabem ler e escrever, mas não concluíram o Ensino Fundamental. Seu objetivo maior é elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e a formação profissional, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos. A formação tem duração de 24 meses e os jovens recebem uma bolsa de R\$ 100,00 durante 12 meses. Apenas têm direito à certificação em Ensino Fundamental com Qualificação Profissional Inicial em Produção Rural aqueles que concluírem com aproveitamento o processo formativo e obtiverem frequência mínima de 75% da carga horária do curso. Essa modalidade deverá contar, em 2011, com recursos da ordem de R\$ 68,0 milhões para a participação de 19 mil jovens.

